

AIRTON DE SOUZA

**O INSTITUTO DESPENALIZADOR DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO  
PROCESSO NA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis.

Orientador: Prof. Eduardo Digiácomo

Florianópolis  
2012

## Termo de aprovação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1 HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DO DIREITO MILITAR.....	06
1.1 História do Direito Militar e da Justiça Militar.....	06
1.2 Fundamentos do Direito Militar.....	12
1.3 Estrutura e competência da Justiça Militar Estadual.....	20
2 UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DO INSTITUTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO PENAL.....	24
2.1 A Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro de 1995.....	24
2.2 A Suspensão Condicional do Processo .....	29
2.3 O Princípio Constitucional da Igualdade .....	38
3 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NA JUSTIÇA MILITAR.....	42
3.1 Aplicabilidade do conteúdo do artigo 89 da Lei 9.099/95 na Justiça Militar .....	42
3.2 A Justiça Militar do Estado de Santa Catarina.....	55
3.3 Aplicação da Suspensão Condicional do Processo na Justiça Militar Estadual .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS.....	77

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico apresenta como tema de estudo a problemática levantada pela doutrina e jurisprudência quanto a aplicabilidade ou não da suspensão condicional do processo penal no âmbito da Justiça Militar Estadual.

Não é um tema absolutamente novo, todavia, despertou interesse neste acadêmico porquanto o mesmo é Policial Militar no Estado de Santa Catarina e, atualmente, está à disposição do Tribunal de Justiça, exercendo suas funções no Cartório da Vara da Justiça Militar Estadual, com sede no Fórum Desembargador Eduardo Luz, no centro desta Capital.

Apesar de editada em 1995, a Lei nº 9.099, também conhecida por Lei dos Juizados Especiais, traz em seu bojo benefícios aos infratores de delitos de menor potencial ofensivo, a exemplo da suspensão condicional do processo, medida prevista em seu artigo 89, também conhecida por alguns doutrinadores como “sursis processual”, cuja aplicação é restrita aos infratores civis, excluindo os militares da concessão de tal benesse. Isto tem causado muita polêmica por parte de alguns estudiosos da área que defendem a aplicação do instituto aos militares estaduais nos crimes classificados como impróprios - aqueles previstos tanto no Código Penal Militar, quanto no Código Penal Comum, com exata tipificação, enquanto que outros entendem incorreta sua aplicação, embasados na alteração sofrida pela Lei nº 9.099/95, com a edição da Lei nº 9.839/99 que acrescentou o artigo 90-A.

A vedação expressa da aplicação da suspensão condicional do processo aos militares, prevista no art. 90-A, provoca grande discussão, especificamente porque, a restrição aos militares nas situações em que praticou delito em idêntica situação a que um civil praticaria, lhe traz enormes prejuízos. De qualquer forma, tais questões não estão pacificadas, havendo muita discordância quanto à constitucionalidade do referido dispositivo legal, especialmente no concernente a sua vedação aos militares que praticam crimes impróprios. O princípio constitucional da Isonomia embasa o argumento de inconstitucionalidade parcial do artigo em comento, considerando não haver justificativa plausível para discriminar o tratamento dado ao militar na prática de determinado delito que, classificado como crime militar impróprio, em nada o diferencia do cidadão civil.

Atualmente, pelo que se tem notícia, a Justiça Militar de Santa Catarina é a única que aplica o instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, esteada em argumentos precipuamente doutrinários.

Por conta das posições antagônicas e da aplicação efetiva do instituto despenalizador na Justiça Militar Catarinense é que se busca, através desta pesquisa, viabilizar e apontar os posicionamentos das correntes doutrinárias referente à aplicabilidade da Lei n.º 9.099/95, ponto central deste estudo.

Da mesma forma, se analisará as decisões proferidas pelos Tribunais brasileiros, procurando-se encontrar o rumo jurídico que segue a questão.

Neste estudo, o primeiro capítulo abordará o desenvolvimento histórico da Justiça Militar, buscando-se os fundamentos jurídicos que estão a sua volta, notadamente seus princípios basilares – hierarquia e disciplina, além de procurar apresentar sua organização, estrutura e competência.

No segundo capítulo, será abordada a Lei n.º 9.099/95, enfatizando-se o instituto despenalizador da suspensão condicional do processo penal sob a ótica do princípio da igualdade frente aos crimes militares impróprios, assim definidos.

Por fim, no terceiro e último capítulo, será analisada a possibilidade ou não da aplicação da suspensão condicional do processo na Justiça Militar Estadual, embasando-se, substancialmente nos posicionamentos apontados pelas correntes doutrinárias favoráveis à aplicação do referido instituto despenalizador na Justiça Castrense Estadual, notoriamente após o acréscimo do artigo 90-A à Lei dos Juizados Especiais.

Ultimando-se o presente trabalho, teremos alguns apontamentos conclusivos do tema proposto procurando-se demonstrar a importância do debate e de um posicionamento mais favorável a aplicabilidade da suspensão condicional do processo penal aos crimes impropriamente militares, no âmbito da Justiça Militar Estadual.

Para alcançar os objetivos acima expostos, o acadêmico utilizou-se do método dedutivo, tendo como premissa geral, no presente tema, a aplicação do artigo 89 da Lei n.º 9.099/95 a todos os casos previstos na própria Lei, deduzindo-se sua aplicação também nos crimes militares impróprios, com amparo em princípios constitucionais. Empregou-se a técnica da documentação indireta, pautada em pesquisa bibliográfica doutrinária e jurisprudencial, notadamente em artigos publicados em revistas jurídicas, além da pesquisa do ordenamento jurídico relevante ao tema, utilizando sobremaneira das ferramentas de pesquisa da internet.

Tudo isso, para, ao final, definir a problemática do presente trabalho acadêmico, questionar os entendimentos adotados e apontar posicionamentos mais adequados à questão da aplicabilidade ou não do instituto despenalizador da suspensão condicional do processo penal na Justiça Militar Estadual, sem ferir princípios constitucionais relevantes.

## **1 HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DO DIREITO MILITAR**

A abordagem sobre os aspectos históricos da Justiça Militar é extremamente relevante para identificar a necessidade de existência de um conjunto de normas específicas adaptadas à vida na caserna.

### **1.1 História do Direito Militar e da Justiça Militar**

Antes de falar sobre os primeiros registros históricos do Direito e da Justiça castrense, faz-se necessário identificar o que se entende pela expressão Justiça Militar.

Segundo Univaldo Corrêa (2002, p. 9), ela “[...] de um lado compreende o Direito Penal Militar e de outro o Processo Penal Militar, com a Organização Judiciária Militar e o ordenamento das formas da ação em Juízo”. O autor explica que a evolução da Justiça Militar deve ser examinada com este sentido amplo, tendo em vista que seu surgimento perde-se na história. Afirma que entre os povos mais antigos já era possível encontrar traços relativos à disciplina que hoje denominamos militar, pois, apesar de não termos ainda um estudo científico adequado, surgem registros na história dos povos, junto aos seus respectivos exércitos.

O surgimento da Justiça Militar deu-se, provavelmente, quando o homem entrou na área das conquistas e defesas de seu povo, devido a necessidade de existência de um corpo de soldados disciplinados e que estivesse pronto a qualquer hora e em qualquer situação.

Havia, portanto, uma necessidade veemente de um regime com alto poder de controle, com previsão de sanções graves e de aplicação imediata. Isso porque os integrantes dos exércitos teriam que estar submetidos ao controle total de seus chefes, principalmente nas condições mais adversas e com o risco da própria vida.

A mais antiga lei conhecida é o Código de Ur-Nammu (2040 a.C.), da cidade de Ur, fundador da III dinastia de Ur, na antiga Mesopotâmia, o qual previa fatos que hoje se tem como crime militar, porém sem uma jurisdição militar, porque tais fatos eram submetidos à vontade do Rei. Também, o Código de Hammurabi (1700 a.C.) continha normas

de caráter militar, assim como as antigas leis assírias e egípcias (CORRÊA, 2002).

Também são encontrados registros de organização militar na Lei Mosaica, incluída no antigo testamento da Bíblia Sagrada, especificamente no capítulo 20 do livro do Deuteronômio, cujo teor trata de discursos realizados nas planícies de Moabe, região montanhosa que hoje faz parte da Jordânia, em meados do século XV antes do nascimento de Cristo (BÍBLIA, 1980).

Na Grécia Antiga, existiam os *estrategas*, especialmente em Atenas e em Esparta, onde havia uma jurisdição militar semelhante à atual. A eles eram atribuídas as decisões, haja vista que eram os chefes militares. Os gregos não possuíam uma concepção diferenciada e específica dos delitos militares principalmente pelo fato de que todo cidadão era considerado soldado da pátria. Por isso, não havia uma separação nítida entre uma Justiça Militar e outra Comum (GUSMÃO, 1915 *apud* CORRÊA, 2002).

Univaldo Corrêa (2002) destaca que Roma, por sua vez, apresentou maior avanço na organização da Justiça Militar e do Direito Militar, uma vez que o seu exército foi um dos principais responsáveis pela conquista de diversos territórios e permanência no domínio desses povos por centenas de anos. Os romanos mantinham seus exércitos treinados, fortes, disciplinados e organizados, o que veio a contribuir sobremaneira para a glória do Império Romano. A História da Justiça Militar em Roma surge no período que vai do século II a.C. a 576 d.C, correspondente ao antigo Direito:

[...] era o período do antigo Direito, na chamada República, até a época de *Dominato*, que vai do reinado de Domiciano (Diocleciano) – 284-305, a Justiniano, com a formação do *Corpus Jûris Civiles*, assim denominado por Dionísio Godofredo, em 1583, a partir de um 1º Código (*Codex Justinianeous*), de 7 de abril de 529, do *Digesto*, ou *Pandectas*, publicado em 16 de dezembro de 533, as *Institutas*, saídas quase à mesma época – publicadas em 21 de novembro de 533, o 2º Código, que é o primeiro revisto (*Codex Repetitae Praelectionis*), e as Novelas (*Novellae*), editadas a partir desse 2º Código, e hoje integrantes do *Corpus Juris Civilis*. (GIORDANI *apud* CORRÊA, 2002, p. 11).

Conforme Corrêa (2002), o crime militar, no Direito Justianeu, era tão somente o que o indivíduo cometia como soldado, tendo em vista que o militar podia cometer crimes como cidadão (*Uti Civis*), ou como soldado (*Uti Miles*), sendo processado, neste último caso, no Juízo Militar.

Continua o autor aduzindo que a Justiça Militar consolidou-se, na Roma Antiga, com o *Digesto - De re militare*, que continha todas as normas do Direito Militar e da

Justiça Militar, o que possibilitou maior eficácia e coesão aos exércitos romanos. Estes, no início, eram formados apenas para atender as necessidades temporárias de cada guerra, sendo que, mais tarde, passou-se a pensar na criação de exércitos permanentes, face ao aumento das distâncias entre Roma e os territórios que vinham sendo conquistados, os quais necessitavam de controle para a garantia da manutenção do domínio romano.

A História registra que o Império de Roma só se formou graças à disciplina das legiões romanas, formada em um rígido Direito Militar, aplicado pela Justiça Castrense. E que, quando se afrouxa a disciplina, com generais pondo e depondo Imperadores, sobreveio o caos, e Roma, com sua glória, ruiu. (CORRÊA, 2002, p. 14).

Passando para o estudo da evolução da Justiça e do Direito Militar no Brasil durante o período colonial, temos que o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, que governou de 1139 a 1184, estabeleceu domínios e “forais”, pequenos códigos que regiam os governos locais das vilas e cidades (Corrêa, 2002).

Seguiram-se, a partir daí, as Ordenações do Reino, Afonsinas, Manoelinas e Filipina, tendo esta última, no seu Livro V, o código criminal. Juntam-se as Ordenações Filipinas os Artigos de Guerra, do Conde de Lippe, surgidos em 1763, que vigiram na esfera criminal do Brasil até o final do século XIX, quando do surgimento do Código Penal da Armada.

De acordo com Univaldo Corrêa (2002) os Artigos de Guerra previam penas extremamente severas, como a tortura e a morte, aspectos criticados por parte de alguns pensadores sobre a legislação da época, em especial um jovem de aproximadamente 26 anos, chamado Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, que acabou por modificar toda a filosofia penal do mundo civilizado:

[...] que devem pensar os homens ao ver os sábios magistrados e os graves sacerdotes da justiça que, com indiferente tranqüilidade e aparato vagaroso conduzem o réu à morte? Enquanto o miserável se debate, em sua derradeira angústia, à espera do golpe de misericórdia, continua o juiz, com insensível frieza, e, quem sabe, com secreta complacência pela própria autoridade, a degustar o conforto e os prazeres da vida. Essas leis, dirão os homens, nada mais são do que pretextos da força e as formalidades cruéis e meditadas da justiça não passam de linguagem convencional para imolar-nos com maior segurança, como vítimas imoladas, em sacrifício, ao ídolo insaciável do despotismo. (BECCARIA, 1999, p. 95).



Trata-se de trecho retirado da obra “Dos delitos e das penas”, lançado pelo referido autor em 1764, onde expondo o seu descontentamento para com o pensamento então atuante.

Com a colonização, a organização judiciária de Portugal vem para o Brasil, através das grandes navegações, surgindo, assim, órgãos competentes para decidir em primeiro grau de jurisdição, bem como, posteriormente, as últimas instâncias, de forma a evitar a busca por soluções em Portugal. Juntamente com essas organizações, vem o Direito Romano, com suas leis, Juízes, Tabeliães e Escreventes. A partir de então, o Brasil vai tendo as suas leis, porém sem deixar de ser uma Colônia (CORRÊA, 2002).

Univaldo Corrêa (2002) explica que não foi nada fácil implantar o Poder Judiciário no Brasil colonial, porque a aplicação de toda legislação portuguesa acabava por confrontar-se com novas condutas sociais, gente de todo tipo, além do fato de ser absolutamente impossível impor as leis portuguesas, exatamente como o era na Metrópole, sem causar uma série de constrangimentos e revoltas. Inevitável, portanto, que em um determinado momento o Brasil passasse a elaborar suas próprias leis ante a necessidade de mudanças. Nesse sentido, em 1808, a sede da Coroa Portuguesa passou a ser a cidade do Rio de Janeiro, com a chegada da Família Real no Brasil, em virtude das conquistas de Napoleão Bonaparte sobre as terras portuguesas.

Concomitantemente ao surgimento dos governos-gerais, ocorreu um processo evolutivo para a criação de uma “justiça colonial”, bem como a formação de uma pequena burocracia composta por um grupo de agentes profissionais. Com o crescimento das cidades e da população, houve um aumento no número de conflitos, o que ensejou, também, o aumento no número de funcionários e autoridades da Justiça. Mas, a estrutura judiciária existente no Brasil era uma espécie de reprodução da portuguesa (WOLKMER, 2006).

Antônio Carlos Wolkmer (2006) explica que, no período colonial, o Brasil apresentava uma estrutura política que permitia a consolidação da administração lusitana, com todo seu aparato burocrático e profissional, desprovido de características próprias e totalmente desvinculado do que a população de origem e toda a sociedade objetivavam.

A situação do Brasil foi substancialmente alterada quando da vinda da Família Real portuguesa, em 1808, porque passou de simples Colônia à condição de sede da monarquia lusitana, o que culminou na necessidade de reorganização administrativa, face à transferência para o Rio de Janeiro das Secretarias de Estado, Tribunais e outras repartições, até então, estabelecidas em Lisboa (VIANNA, 1967 *apud* CORREA, 2002).

O Conselho Supremo Militar e de Justiça foi criado, na cidade do Rio de

Janeiro, pelo Alvará de 1º de abril de 1808. Originou-se, em 1640, sob a denominação de Conselho de Guerra e, em 20 de agosto de 1777, transformou-se em Conselho Supremo, funcionando como Tribunal de Apelação para crimes praticados por militares.

Este foi o primeiro Tribunal Superior de Justiça instituído no Brasil. Com o advento da República, pela Constituição de 1891, O Conselho Supremo Militar e de Justiça passou a denominar-se Supremo Tribunal Militar, passando a integrar o Poder Judiciário pela Constituição de 1934. E, em 1946, a nova Constituição intitulou o então Supremo Tribunal Militar de Superior Tribunal Militar, nome que permanece até hoje (FERNANDES, 1983 *apud* CORRÊA, 2002).

Em relação às primeiras leis surgidas no Brasil, cabe salientar que o Direito Penal Militar começou a ser explorado aos poucos, dada a autonomia adquirida com a vinda da Família Real e, posteriormente, com a Proclamação da Independência e os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. É a partir desse período que toda legislação penal militar vem sofrendo alterações até chegar aos dias atuais (CORRÊA, 2002).

O primeiro projeto de Código Penal Militar foi elaborado em 21 de março de 1802, quando o Brasil ainda era Colônia. Porém, tal projeto nunca teve execução, considerando sua inaplicabilidade (SANTO, 1902 *apud* CORRÊA, 2002).

Tratando-se da evolução histórica da Justiça e do Direito Militar no Brasil durante o Império, temos que, segundo Corrêa (2002), a Constituição de 1824 determinava, em seu artigo 150, a organização de um sistema de leis sobre a disciplina militar, sendo então criado, em 16 de dezembro de 1830, o Código Criminal do Império e, em 29 de novembro de 1832, promulgado o Código de Processo Criminal, que não continha normas especificamente destinadas aos militares, motivo pelo qual em 12 de abril de 1860 foi criada uma comissão para estudar e emitir parecer sobre um projeto do Código Penal Militar organizado pelo Desembargador Antônio José de Magalhães Castro (ROMEIRO, 1962 *apud* CORRÊA, 2002).

Em 14 de janeiro de 1890, foi nomeada, pelo Ministro de Guerra, uma comissão com a incumbência de organizar um projeto de Código Penal Militar e de Processo. Assim, surgiu o Código Penal da Armada, atual Marinha do Brasil, sendo, em 1899, estendido ao Exército e à Força Aérea através do Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Logo em seguida, mais precisamente em 24 de janeiro de 1944, pelo Decreto-Lei nº 6.227, entrou em vigor o Código Penal Militar, comum às Forças Armadas, o qual só veio a ser revogado pelo atual, datado de 21 de outubro de 1969 (CORRÊA, 2002).

Durante o Império e início do período republicano, a presidência do tribunal Militar incumbia aos Governantes, isto é, D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, Marechal

Deodoro e Marechal Floriano, dentre outros. Somente em 18 de julho do ano de 1893 é que, por força do decreto legislativo 149, a presidência do Conselho Supremo Militar e de Justiça, agora denominado Supremo Tribunal Militar, passou a ser exercida pelos membros da própria Corte, eleitos pelos seus pares (ASSIS; LAMAS, 2005).

Importante salientar que, desde a promulgação da Constituição de 1946, até os dias atuais, o Superior Tribunal Militar se apresenta com a mesma denominação.

Por fim, analisando o período republicano brasileiro, constata-se que as Justiças Militares Estaduais tornaram-se órgãos do Poder Judiciário a partir da Constituição de 1946, que, em seu artigo 124, autorizava os Estados a organizar a sua Justiça, prevendo, no inciso XII, a existência dos Conselhos de Justiça, como órgãos de primeira instância da Justiça Militar, bem como de um Tribunal Especial, ou o Tribunal de Justiça, como órgãos de segunda instância. Assim, as Justiças Militares Estaduais passam a ser órgãos da Justiça Brasileira, o que restou confirmado com as Constituições de 1967 e 1988, esta a atual brasileira (CORRÊA, 2002).

Em 1920, com a edição dos decretos nº 14.450 e 14.544, que dispunham sobre o Código de Organização Judiciária e Processo Militar, a Justiça Militar passou a ser composta pelas Auditorias, as quais funcionariam, desde então, como órgãos de primeira instância (SILVA, 2007).

De acordo com Angela M. D. Silva (2007), um momento de especial relevância tanto para a história brasileira quanto para a história da Justiça Militar, foi o golpe militar de 1964, quando o então presidente da República, João Goulart, veio a ser deposto. A Justiça Militar teve importante participação no processo de institucionalização e legitimação da nova ordem política que estaria por se afirmar, inclusive pelo relevante papel que desempenhou para a punição dos opositores do regime. Em 9 de abril de 1964, foi criado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), responsável pelo início do processo de institucionalização da “Revolução”. Isto porque, em seu preâmbulo, considerava “autêntica” a revolução que depôs o Presidente João Goulart, uma revolução autolegitimadora e dotada de Poder Constituinte, estando, portanto, investida de poderes para editar normas jurídicas, sem que houvesse qualquer limitação por parte das normas anteriores. Ainda, em relação ao Ato Institucional nº 1, previa o seu artigo 8º o poder, conferido aos setores militares, de promover punições, por meio de inquéritos e processos, que serviam para averiguar a prática de crimes contra o Estado ou seu patrimônio, a ordem política e social, bem como os atos de guerra revolucionária.

Com a edição do Ato nº 9, seguido da portaria nº 1, de 14 de abril, criou-se uma regulamentação para a abertura desses inquéritos. Considera-se tal disposição o marco

inicial de atuação da Justiça Militar durante o regime castrense. Devido à grande quantidade de prisões para averiguações, efetuadas pelos encarregados dos Inquéritos Policiais Militares (IPM's), fundamentadas no artigo 156 do Código de Justiça Militar, segundo o qual qualquer autoridade militar podia ordenar a prisão do indiciado durante as investigações policiais por até 30 (trinta) dias, o Tribunal Militar começou a ser acionado (SILVA, 2007).

Desta forma, pode-se concluir que a Justiça Militar exerceu, nos tempos da ditadura, forte influência no espaço político-social de disputa pelo poder em detrimento dos direitos humanos, hoje protegidos pelos princípios constitucionais democráticos de direito.

## 1.2 Fundamentos do Direito Militar

Para uma adequada análise dos fundamentos do Direito Militar, primeiramente é importante a compreensão dos princípios que o norteiam, em especial a hierarquia e a disciplina, bem como das principais características do crime militar, verificando, logo após, como se organizam e se estruturam as instituições militares, para que, ao final, seja possível o estudo das competências constitucionais atribuídas à Justiça Militar.

Desde o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a hierarquia e a disciplina são consideradas atributos intrínsecos e bases das instituições militares.

Hely Lopes Meirelles (1999, p. 105) define a hierarquia como “a relação de subordinação existente entre os vários órgãos e agentes do Executivo, com a distribuição de funções e a gradação da autoridade de cada um”.

Os artigos 42, *caput*, e 142, *caput*, da Constituição Federal de 1988, versam a respeito da hierarquia e da disciplina:

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

[...]

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 2012a).

Importante, também, apresentar o conteúdo da Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980, conhecida como Estatuto dos Militares, que em seu artigo 14, § 1º, conceitua a hierarquia militar:

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados. (BRASIL, 2012i).

A Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, apresenta o mesmo dispositivo acima, porém adaptado para aplicação aos policiais militares (SANTA CATARINA, 2012f).

O Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980, Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina (RDPMSC), pode ser utilizado como exemplo para a demonstração da essencialidade dos princípios da hierarquia e da disciplina no âmbito militar, seja em relação às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), ou em relação às Forças Auxiliares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares):

Art. 5º - A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, por postos e graduações.

Parágrafo único - A ordenação dos postos e graduações na Polícia Militar se faz conforme preceitua o Estatuto dos Policiais-Militares.

Art. 6º - A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar.

§ 1º - São manifestações essenciais de disciplina:

- 1) a correção de atitudes;
- 2) a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
- 3) a dedicação integral ao serviço;
- 4) a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
- 5) a consciência das responsabilidades;

6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

§ 2º - A disciplina e o respeito a hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos policiais-militares na ativa e na inatividade.

Art. 7º - As ordens devem ser prontamente obedecidas.

§ 1º - Cabe ao policial-militar a inteira responsabilidade pelas ordens que der e pelas consequências que delas advierem.

§ 2º - Cabe ao subordinado, ao receber uma ordem, solicitar os esclarecimentos necessários ao seu total entendimento e compreensão.

§ 3º - Quando a ordem importa em responsabilidade criminal para o executante, poderá o mesmo solicitar sua confirmação por escrito, cumprido à autoridade que a emitiu, atender à solicitação.

§ 4º - Cabe ao executante que exorbitar no cumprimento de ordem recebida a responsabilidade pelos excessos e abusos que cometer. (SANTA CATARINA, 2012b).

O sistema hierárquico e disciplinar, na Administração Pública Militar, é muito mais rigoroso do que na Administração Pública em geral, porque os militares estão sujeitos à privação de suas liberdades, seja pelas previsões do Código Penal Comum, do Código Penal Militar ou do Regulamento Disciplinar, conforme se observa no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina (RDPMSC):

Art. 21. A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina.

Parágrafo único - A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.

Art. 22. As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais-militares, segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, são as seguintes, em ordem de gravidade crescente:

- 1) advertência;
- 2) repreensão;
- 3) detenção;
- 4) prisão e prisão em separado;
- 5) licenciamento e exclusão a bem da disciplina.

Parágrafo único - As punições disciplinares de detenção e prisão não podem ultrapassar de trinta dias. (SANTA CATARINA, 2012b).

Normalmente vêm previstos nas leis estatutárias os deveres dos servidores públicos, dentre os quais a assiduidade, pontualidade, discricionariedade, urbanidade, lealdade e obediência, sendo que o descumprimento de tais deveres dá ensejo a uma punição disciplinar (DI PIETRO, 2004).

Eliezer Pereira Martins (1996, p. 24) afirma que a disciplina militar pode ser denominada “disciplina qualificada”, quando comparada com a disciplina exigida dos servidores não militares, tendo em vista que detém institutos próprios, como a necessidade de comportamento absolutamente afinado aos imperativos da autoridade, do serviço e dos

deveres militares, o que não é exigido de forma tão rigorosa dos servidores públicos civis. Como exemplos disso, podem-se citar a pronta obediência às ordens do chefe, a rigorosa observância aos ditames dos regulamentos, a correção de atitudes e a colaboração espontânea para a eficiência da instituição.

É importante mencionar a existência, inclusive, de tipificação penal referente ao descumprimento, por parte de um subordinado, de uma ordem proveniente de um superior hierárquico, como é o caso do crime do artigo 163 do Código Penal Militar:

Art. 163. Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução:

Pena - detenção, de um a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave. (BRASIL, 2012c).

Justamente pelo fato de que, em regra, basta ao servidor público civil o cumprimento de suas tarefas, enquanto aos militares se aplicam leis que destacam valores especiais a serem rigorosamente observados, espera-se do servidor militar um algo a mais, o que reflete a necessidade de vocação para a vida castrense. Sendo assim, o elemento que melhor qualifica a disciplina militar é o rigorismo.

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 28, incisos I a VI, reza que são manifestações essenciais do valor policial militar o civismo, o culto das tradições históricas, o amor à profissão, o orgulho pela organização onde serve, o aprimoramento técnico-profissional e a vontade inabalável de cumprir os deveres militares para a manutenção da ordem pública mesmo com o risco da própria vida; e o artigo 32, incisos I a VI, deste mesmo diploma trata dos deveres dos policiais militares, dentre os quais destacam-se o culto aos símbolos nacionais, a probidade e lealdade em todas as circunstâncias, a disciplina e o respeito à hierarquia, o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens, o tratamento digno e com urbanidade aos subordinados, a dedicação integral ao serviço e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida (SANTA CATARINA, 2012f).

Além da hierarquia e disciplina, deve-se compreender o que é crime militar, pois sabe-se que, além do Código Penal comum, existe o Código Penal Militar, que prevê tipificações específicas para os integrantes da caserna.

Para tanto, é necessário se expor conceito de crime militar. A melhor definição é encontrada nas palavras do jurista Célio Lobão, 2006, p. 56):

[...] é a infração penal militar que lesiona bens ou interesses vinculados à destinação constitucional das Instituições Militares, às suas atribuições legais, ao seu funcionamento e à sua própria existência, e no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, da proteção à autoridade militar e ao serviço militar.

Segundo José da Silva Loureiro Neto (1992), o atual Código Penal Militar explica o crime militar por meio da adoção do critério *ratione legis*, ou seja, não o define, mas apenas enumera taxativamente as diversas situações em que pode se apresentar. Isso porque a Constituição Federal de 1988 atribui a competência à Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes militares definidos em lei. A necessidade de definição legal é suprida pelo Código Penal Militar, o qual enumera, em seu artigo 9º, as diversas hipóteses em que podem ser praticados os crimes militares em tempo de paz:

Art. 9º - Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;

d) por militar durante o período de manobras, ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) Por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

f) por militar em situação de atividade ou assemelhado que, embora não estando em serviço, use armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, para a prática de ato ilegal;

III - os crimes, praticados por militar da reserva ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

b) em lugar sujeito a administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;

c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função da natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior. (BRASIL, 2012c).



Portanto, os crimes militares são aqueles definidos no Código Penal Militar, o que permite concluir a adoção do critério *ratione legis*. Tal afirmação encontra seu fundamento legal na Constituição Federal, mais especificamente em seu artigo 5º, inciso LXI, bem como nos artigos 124 e 125, § 4º, conforme dispositivos abaixo transcritos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

[...]

Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 4º. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (BRASIL, 2012a).

Jorge Alberto Romeiro (1994, p. 67) explica que a legislação brasileira apresenta uma classificação de crime militar diferenciando o crime militar próprio do crime militar impróprio. Afirma que os atuais diplomas atribuem, aos crimes propriamente militares, especial relevância quanto aos seus efeitos jurídicos, embora sem os definir, conforme se pode extrair de suas próprias palavras:

[...] óbvia é, assim, a existência, em nosso direito penal militar, como no de outros países cultos, de duas categorias de crimes: a dos que nosso vigente direito positivo denomina crimes propriamente militares ou crimes militares próprios e, conseqüentemente, em contraposição, a dos crimes imprópriamente militares ou acidentalmente militares.

Crimes propriamente militares são entendidos como “infração penal, prevista no Código Penal Militar, específica e funcional do ocupante do cargo militar, que lesiona bens ou interesses das Instituições Militares, no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar” (LOBÃO, 2006, p. 84).

Por sua vez, Lobão (2006, p. 97) define crime impropriamente militar como sendo:

[...] infração penal, prevista no Código Penal Militar, que não sendo específica e funcional do ocupante do cargo militar, mas de natureza comum, que pelas circunstâncias especiais de tempo ou lugar em que são cometidos ou pelos danos que causam, lesionam bens ou interesses das Instituições Militares.

Portanto, de acordo com Célio Lobão (2006), crimes militares são aqueles cuja ação penal somente pode ser intentada contra militares, tendo em vista a sua situação funcional. Assim, exige-se uma qualidade pessoal do agente, abrangendo os crimes que não possuem igual definição na lei penal comum, tais como a deserção, a embriaguez em serviço e a violência contra superior; os crimes impropriamente militares, ou acidentalmente militares, por sua vez, são aqueles que podem ser cometidos pelos militares, mas também por civis em situações excepcionais, abarcando, neste caso, os crimes com definições diversas ou com iguais definições na legislação penal comum, como, por exemplo, o roubo, o furto, o estelionato, entre outros.

Passando ao estudo da estrutura, organização e competência da Justiça Militar, conforme previsão constitucional, percebe-se que nossa Carta Magna enumera em seu artigo 92 os órgãos que compõem o Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e Tribunais e Juízes Militares (BRASIL, 2012a).

Aqui convém esclarecer que a Justiça Militar brasileira apresenta características diferenciadas em relação aos modelos de outros países, pois aqui temos a Justiça Militar como gênero, por conta de sua repartição em duas espécies: a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual (ASSIS; LAMAS, 2005).

O sistema jurídico brasileiro divide a Justiça Militar em: Justiça Militar Federal e Justiça Militar Estadual. A primeira tem como competência o julgamento, em regra, dos militares integrantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e civis, enquanto que a segunda dos militares integrantes das Forças Auxiliares (Polícias Militares e Corpos e Bombeiros Militares), sempre que qualquer deles violarem as disposições legais previstas no Código Penal Militar (ROSA, 2012).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 124, determina a

competência da Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes militares *in verbis*: À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (BRASIL, 2012a).

Octávio Augusto Simon de Souza (2008) explica que há uma diferença muito clara entre o crime cometido pelo militar em serviço e aquele cometido pelo cidadão civil, o que reforça a importância da existência de uma Justiça Especializada, no caso a Militar. É, pois, essencial a atuação de uma jurisdição especial para o julgamento dos crimes tipificados na legislação militar. O autor explana acerca da importância da Justiça Militar no que se refere à sua existência e competência constitucional (SOUZA, 2008, p. 7):

[...] ela não é baseada em privilégios aos indivíduos, mas nas exatas razões da vida do Estado. Sem disciplina, não há nem subordinação nem segurança. Disciplina é a força e a vida dos exércitos (...). As instituições militares estão sujeitas a uma ordem jurídica particular, possuindo Códigos, Leis e Regulamentos próprios. Esse conjunto de diferentes regras orienta a via e as ações dos seus membros, que apresentam valores distintos, além de cultura e psicologia típicas. É a Justiça Militar – Justiça Especial – que aplica essa legislação particular, necessária e distinta da jurisdição comum em face da hierarquia e da disciplina existente no interior das corporações militares. E é essa condição militar do integrante da instituição castrense que o submete à legislação específica, e não porque a classe militar é levada em conta como um todo. A Justiça Militar existe não por causa dos crimes os militares, mas para examinar o cometimento de crimes militares como definidos pela lei como tal, o que é completamente diferente.

Importante salientar o que dispõe o Código Penal Militar em seu artigo 9º, parágrafo único: “Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum” (BRASIL, 2012c), que está em perfeita conformidade com o prescrito no artigo 125, § 4º da Constituição Federal.

Tanto o Poder Federal quanto as autoridades dos Estados devem cumprir a Constituição, tendo em vista que deve ser consagrada a regra de que ela é a responsável pelo limite dos poderes dos órgãos da soberania (MORAES, 2008).

Sendo assim, é importante que haja independência e imparcialidade entre os órgãos do Poder Judiciário, com o objetivo de velar pela observância da Constituição Federal, garantindo, assim, a ordem na estrutura governamental.

### 1.3 Estrutura e competência da Justiça Militar Estadual

A atuação da Justiça Militar Estadual se efetiva nos limites de cada Estado, bem como do Distrito Federal. A Justiça Militar é composta por dois Conselhos de Justiça, sendo um Permanente e o outro Especial. O primeiro julga os praças, e o segundo os oficiais. Cada um é formado por quatro oficiais e um juiz de direito pertencente à carreira da magistratura militar (ASSIS; LAMAS, 2005).

A Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, apresenta os órgãos que fazem parte da Justiça Militar de Santa Catarina:

Art. 49. A Justiça Militar do Estado será exercida:

I - em Primeiro Grau, com jurisdição em todo o Estado e sede na Capital, por Juiz de Direito e pelos Conselhos de Justiça; e

II - em Segundo Grau, pelo Tribunal de Justiça. (SANTA CATARINA, 2012e).

A mesma Lei Complementar, em seu artigo 51, fixa a competência da Justiça Militar do Estado de Santa Catarina:

Art. 51. Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares estaduais nos crimes militares definidos por lei e as ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar, ressalvada a competência do Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Parágrafo único. Compete ao Juiz de Direito processar e julgar, monocraticamente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar. Em relação aos demais crimes militares, a competência é do Conselho de Justiça. (SANTA CATARINA, 2012e).

É importante verificar o que a atual Constituição brasileira prescreve em relação às Justiças Militares Estaduais, levando-se em consideração as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, que ampliou a competência da Justiça Militar Estadual, conforme transcrição do artigo 125 e parágrafos a seguir:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º Compete aos juizes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (BRASIL, 2012a).

De acordo com Campos (2012), o § 4º do artigo 125 da Constituição Federal trouxe significativa mudança, no sentido de que incluiu a possibilidade de julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, passando a Justiça Militar a ter competência de natureza civil. Dessa maneira, os militares têm a possibilidade de, por exemplo, impetrar mandado de segurança com vistas a afastar a ilegalidade de algum ato disciplinar, como a dispensa infundada de um militar estadual por ato do Comandante Geral, matéria antes da competência da Justiça Comum. E, quanto à ressalva de que a competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, quando a vítima for civil, é do Tribunal do Júri, é importante salientar que a Justiça Militar continua competente para o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados contra militar.

O § 5º do artigo 125 da Constituição Federal, por sua vez, retirou do Conselho de Justiça a competência para o processo e julgamento de todos os crimes militares quando a vítima for civil, passando a competência a ser do próprio juiz de direito da Auditoria Militar, que não mais precisa sortear o Conselho Especial, nem convocar o Conselho Permanente, haja vista que estes, agora, restringem-se ao processo e julgamento dos crimes militares cometidos por militar contra militar (CAMPOS, 2011).

Os Conselhos de Justiça, fazem parte, exclusivamente, da estrutura e forma de organização dos Tribunais e Juizes Militares, o que torna fundamental uma breve explanação para entender-se quais são, pra que servem e como se organizam.

De acordo com Paulo Tadeu Rodrigues Rosa (2012b), estes órgãos são

compostos por 04 (quatro) oficiais e um juiz de direito, e dividem-se em: Conselho Especial, destinado ao julgamento dos oficiais, militares de carreira hierárquica superior; e Conselhos Permanentes, destinados ao julgamento dos praças, militares de carreira hierárquica inferior. Os Conselhos de Justiça apresentam formação mista, isto é, são formados por um juiz civil mais outros quatro militares, tendo, por isso, a denominação de “escabinato”.

Será Permanente quando houver processo e julgamento de um Soldado, Cabo, Sargento ou Suboficial. Por outro lado, será Especial quando houver processo e julgamento de um Tenente, Capitão, Major e demais oficiais superiores (ROSA, 2012b).

Apesar do nome, o Conselho Permanente é constituído para um período de tempo determinado, diferentemente do Conselho Especial, que é constituído para cada processo e dissolvido ao final dos trabalhos. A composição se dá pelo sorteio dos nomes de quatro oficiais que atuarão como juízes.(ASSIS; LAMAS, 2005).

O Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina fixa o tempo de 4 (quatro) meses consecutivos para o funcionamento do Conselho Permanente de Justiça, além de tratar das regras de composição de ambos os Conselhos de Justiça:

Art. 50. Na composição do Conselho de Justiça Militar observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar e no Código de Processo Penal Militar.

§ 1º O Conselho Especial de Justiça, integrado por Juiz de Direito, que o presidirá, e quatro militares, será constituído para cada processo e dissolvido após a sua conclusão, competindo-lhe processar e julgar processos instaurados contra oficiais militares.

§ 2º O Conselho Permanente de Justiça, integrado por Juiz de Direito, que o presidirá, e quatro militares, funcionará durante quatro meses consecutivos, coincidindo com os quadrimestres do ano civil, competindo-lhe processar e julgar os processos instaurados contra praças da Polícia Militar.

§ 3º O Conselho Permanente e o Conselho Especial serão integrados por militares com o posto de Capitão, no mínimo.

§ 4º Não poderão integrar o Conselho Especial, militares com posto inferior ou, se de mesmo posto, mais moderno no quadro de antigüidade, do que o militar processado.

§ 5º O Juiz de Direito presidente do Conselho Especial e do Conselho Permanente de Justiça promoverá o sorteio dos militares que os integrarão e de seus respectivos suplentes.

§ 6º Na sessão de julgamento é indispensável a presença de todos os integrantes do respectivo Conselho de Justiça. (SANTA CATARINA, 2012e).

Importante salientar, que o Conselho de Justiça existe tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição. Porém, em relação à Justiça Militar Estadual, em segundo grau, só existem Conselhos de Justiça nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul, apesar de a Constituição Federal de 1988 possibilitar, em seu artigo 125, § 3º, a criação dos Tribunais de Justiça Militares, por meio de proposta do Tribunal de Justiça, desde que o efetivo das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares ultrapasse o número de 20.000 (vinte mil) integrantes (ROSA, 2012b).

Atualmente, só os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuem Tribunal de Justiça Militar Estadual. Nos Estados da Federação em que não existe Tribunal de Justiça Militar, a exemplo do Estado de Santa Catarina, tal competência é exercida pelo Tribunal de Justiça.

Eventual projeto de lei propondo a criação de um Tribunal de Justiça Militar no Estado de Santa Catarina ser proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado, em rito de Lei Complementar, considerando que alteraria a divisão e organização do Judiciário catarinense, conforme reza o artigo 57, I, da Constituição Estadual de Santa Catarina:

Art. 57. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos votos dos Deputados.

Parágrafo único. Além de outros casos previstos nesta Constituição, serão complementares as leis que dispuserem sobre:

I - organização e divisão judiciárias;

[...] (SANTA CATARINA, 2012a)

No entanto, hoje, o Estado de Santa Catarina possui, somando-se os integrantes da Polícia Militar Estadual e do Corpo de Bombeiros Militares Estaduais, conforme pesquisa realizada por este acadêmico (ANEXO B), um efetivo de 14.208 (quatorze mil e duzentos e oito) membros, tornando inviável a propositura de projeto de lei para a criação de um Tribunal de Justiça Militar Estadual Catarinense.

Encerra-se, assim, o estudo histórico e organizacional da Justiça Militar necessário a este trabalho acadêmico, podendo-se passar para o próximo capítulo, que tratará do instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 sob a ótica do princípio da isonomia.

## **2 UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DO INSTITUTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO PENAL**

Como o objeto deste estudo é verificar a possibilidade ou não de aplicação do instituto da suspensão condicional do processo, previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, aos crimes militares, sob à luz dos princípios constitucionais, necessário se fazer uma análise histórica da Lei dos Juizados Especiais.

### **2.1 A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.**

Segundo Tourinho Filho (2000), os constituintes de nossa atual Carta Magna, a conhecida constituição cidadã, constataram um grande número de ações penais criminais tendo como objeto o processo e julgamento de infrações consideradas de pequeno potencial ofensivo, que colaboravam muito com o congestionamento da máquina Judiciária e, não raro, ao final de todo o processo em Juízo, não se colhia nenhum resultado prático porquanto, invariavelmente, estes crimes, quando da prolação da sentença, estavam prescritos.

Buscando modelos de medidas alternativas, já introduzidas nos ordenamentos europeus, as quais objetivavam agilizar o processo, possibilitando uma resposta rápida do Estado, os constituintes instituíram, no capítulo destinado ao Poder Judiciário, os Juizados Especiais Criminais (GRINOVER, et al, 2005), por meio da norma contida no artigo 98, I da Constituição Federal *in verbis*:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos territórios, e os Estados criarão:  
I- juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau (BRASIL, 2012a).

Em razão deste preceito constitucional, foi editada a Lei n.º 9.099, de 1995, que em seu artigo 61, com nova redação dada pela Lei nº 11.313 de 2006, definiu como sendo



infrações de menor potencial ofensivo para os efeitos legais “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.

A nova norma legal, segundo Paulo de Tarso Brandão e Pedro Manoel Abreu (1996), norteadas pelos princípios da simplicidade, oralidade, economia processual e gratuidade, celeridade e conciliação, introduziu no ordenamento brasileiro os institutos da composição civil extintiva da punibilidade penal, substanciada na transação quanto à reparação do dano e consequente afastamento do processo penal, e da transação penal, que consiste na aplicação consensual e imediata de sanção penal articulada em pena restritiva de direitos ou pena pecuniária.

Outras medidas de igual caráter despenalizador foram introduzidas pela Lei n.º 9.099 de 1995, com os institutos da representação, condicionando o exercício do direito de ação penal condenatória à representação do ofendido nas hipóteses de pretensão punitiva fundada em alegada prática dos delitos de lesões corporais culposas e dolosas leves, e da suspensão do processo, por um prazo de dois a quatro anos, em hipóteses de crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano (BASSETTI NETO, 1999).

Todos estes mecanismos legais, buscaram uma forma diferenciada de prestação jurisdicional que tendeu a agilizar e resumir a justiça e, deste modo, despenalizar os crimes de menor potencial ofensivo e, consequentemente, nas palavras de Pedro Bassetti Neto (1999, p. 13): “contribuir para o descongestionamento das prisões”.

Luiz Flávio Gomes (1997, p. 30), defende, com razão, que a atualização do ordenamento jurídico, acompanhando a evolução social, é imprescindível para a admissibilidade do controle da criminalidade, consoante a necessidade da realidade vivenciada em determinado momento: “Com base na grande variação e instrumentos político-criminais que podem viabilizar a resposta jurídica, quando requerida, hoje, nota-se a tendência metodológica de separar a “grande” da “média e pequena” criminalidade, isto é, a criminalidade de menor potencial ofensivo da criminalidade de alta reprovabilidade”.

Segue o referido doutrinador:

Cabe ao ordenamento jurídico prever para cada espécie – bem delimitada – de criminalidade “reações” não só *quantitativa* senão também *qualitativamente* distintas, com instrumentos e processos, assim como procedimentos distintos. [...] Surge, em segundo lugar, que dentro de um *novo* modelo de Justiça criminal deve ficar cristalinamente delimitado o *espaço do consenso* (vinculado à pequena e média criminalidade) do *espaço do conflito* (criminalidade grave) (GOMES, 19997, p. 30).

Luiz Flávio Gomes (1997) esboça que esta nova filosofia político-criminal propôs uma verdadeira reviravolta nas atividades jurisdicionais, colocando o interesse da vítima como o central e buscando sempre a reparação do dano como alternativa mais viável para se encontrar um Direito Penal menos repressivo e incriminatório.

Complementando a assertiva acima:

A Lei 9.099/95, de 26.09.1995, como se percebe, inovou profundamente nosso ordenamento jurídico-penal. Cumprindo uma determinação constitucional (CF, art. 98, I), foi posto em prática um novo modelo de Justiça criminal. É uma verdadeira revolução (jurídica e de mentalidade), porque quebrou-se a inflexibilidade do clássico princípio da obrigatoriedade da ação penal. Abriu-se no campo penal um certo espaço para o *consenso*. Ao lado do clássico princípio da verdade material, agora temos que admitir também a verdade *consensuada*. (GRINOVER, et al, 2005, p.50)

Trata-se, portanto, da inserção na legislação brasileira de institutos que visam uma mitigação do princípio da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal. O Ministério Público, titular da ação, diante das hipóteses prescritas em Lei, não é obrigado a prosseguir com o processo e a perseguir uma condenação.

Todavia, conforme prescrevem os referidos doutrinadores, não é adequada a locução “legalidade mitigada”, pois:

O Ministério Público, nos termos do art. 76, continua vinculado ao princípio da legalidade processual (obrigatoriedade, “dever de agir”), mas sua “proposta”, presentes os requisitos legais, somente poder versar sobre uma pena alternativa (restritiva ou multa), nunca sobre uma privativa de liberdade. (GRINOVER, et al, 2005, p.48) *grifo do autor*

Desta forma, o representante Ministerial dispõe sobre a sanção penal original, mas continua vinculado ao dever de agir dentro dos parâmetros alternativos da Lei. “A isso dá-se o nome de princípio da *discrecionariiedade regulada ou regradada* (ou ainda, *oportunidade regradada*) (GRINOVER, et al, 2005, p. 48).

Neste contexto, importante trazer à baila, a corrente doutrinária do Direito Penal Mínimo, máximas garantias com mínimas intervenções estatais, com a seguinte proposta:

[...] como se vê, não consiste em acabar com o Direito Penal, senão *minimizar* sua utilização para a resolução dos conflitos penais, não só reduzindo seu âmbito de aplicação (seja impedindo o quanto possível novas “criminalizações”, seja, sobretudo, propugnado por uma ampla descriminalização), senão também a intensidade ou o grau da resposta estatal, especialmente quando se trata de pena de prisão (esse é o processo de *despenalização*). [...] Por fim, nos dias atuais, tendo em conta principalmente a realidade penitenciária brasileira, cabe ainda reivindicar uma ampla *descarcerização* (GOMES, 1997, p. 87).

É a aplicação do princípio da intervenção mínima, que constitui a base do Direito penal mínimo, que se caracteriza pela sua natureza marcadamente político-criminal, possuindo dois aspectos relevantes: a fragmentariedade e a subsidiariedade. Enquanto o primeiro preocupa-se em aplicar a tutela penal somente aos bens jurídicos mais relevantes, a subsidiariedade, por sua vez, exprime que o direito penal só tem lugar quando outros ramos do Direito não solucionaram satisfatoriamente o conflito (BIANCHINI; MOLINA; GOMES, 2009).

Obviamente que existem posições contrárias à aplicabilidade do princípio acima reverenciado, alegações estas baseadas em uma interpretação equivocada do princípio da legalidade processual, sobretudo no que se refere à obrigatoriedade da ação penal, e do princípio da igualdade.

O que mais nos interessa neste momento, é a Lei nº 9.099/95 veio ao mundo envolta nestas discussões e com o firme propósito de inovar a tradicional condução do processo penal, trazendo agilidade e autonomia aos procedimentos jurídicos, tudo com a proposta de um Direito penal mais igualitário, mais legítimo.

Neste contexto, é importante ressaltar que o novo diploma legal não subtraiu a ilicitude das infrações penais, apenas apresentou medidas despenalizadoras, nos moldes do princípio da intervenção mínima que enxerga o Direito penal como *ultima ratio*.

Dentre estas medidas, a primeira consiste na composição dos danos civis, prevista no parágrafo único do artigo 74 da Lei 9.099/95, cuja aplicação, nas infrações de menor potencial ofensivo de iniciativa privada ou pública condicionada, resulta na extinção da punibilidade. A segunda medida é a transação penal, oferecida pelo representante do Ministério Público nas situações em que não há composição civil ou quando se tratar de ação pública incondicionada, prevendo a lei, nestes casos, a aplicação de pena alternativa nos moldes do artigo 76. A terceira medida, prevista no artigo 88 da Lei nº 9.099/95, diz respeito a representação nos crimes de lesão corporal culposa que passaram a requerer representação. Por fim, temos no artigo 89 da referida Lei, o instituto da suspensão condicional do processo aplicável aos crimes com pena mínima não superior a um ano; logo, metade da pena contida

no conceito de infrações de menor potencial ofensivo que é de dois anos (CARVALHO, 2006).

Este trabalho acadêmico focará no estudo do instituto da Suspensão Condicional do Processo como medida despenalizadora nas ações penais de competência da Justiça Militar Estadual.

Para tanto, faz-se necessário trazer à tona o conceito de despenalização, que segundo Luiz Flávio Gomes (1997) é a aplicação de medidas de natureza penal ou processual que não retire a ilicitude do fato mas, dificulte, substitua ou restrinja o cárcere. A Lei n.º 9.099/95, oportunamente, valoriza a ressocialização do autor do fato delituoso e a reparação do dano à vítima em detrimento da busca pela retribuição do infrator e pela pretensão punitiva estatal.

É clara, portanto, segundo o referido doutrinador, a opção do legislador em procurar uma solução dos conflitos existentes ao invés de preocupar-se em estigmatizar o infrator com uma pena de prisão e, conseqüentemente, contribuir para o congestionamento do aparelho judiciário combinado com a superlotação dos estabelecimentos prisionais.

Passa-se agora ao estudo específico da suspensão condicional do processo penal.

## 2.2 A Suspensão Condicional do Processo

Como medida extintiva de punibilidade, a Lei nº 9.099/95, em seu artigo 89, introduziu na legislação pátria o instituto da suspensão condicional do processo, aplicável aos delitos com pena mínima cominada não superior a um ano. Vejamos:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

De acordo com Antônio Cesar Leite de Carvalho (2006), a medida em comento originou-se no direito anglo-saxão como meio de não se aplicar a sentença mas sim, medida alternativa à jurisdição penal. Todavia, vale registrar que o sistema inglês guarda distinções ao aplicado no Brasil, considerando que no *probation system*, como o referido instituto é conhecido por lá, suspende-se a sentença mediante a imposição de condições, logo após a instrução onde o acusado declara a sua culpabilidade.

No entanto, é condição que o representante do Ministério Público ofereça tal medida, conforme prescreve Antônio César Leite de Carvalho (2010, p. 29),

De acordo com o que normatiza ainda o art. 89 da Lei 9.099/95, o Ministério Público, nas infrações cuja pena mínima for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta lei, ao oferecer a denúncia, **poderá propor** a suspensão do processo, que, se aceita pelo acusado, permitirá ao juiz homologar a proposta, submetendo-o a período de prova, consoante uma série de condições.

Registre-se aqui que, um conceito adequado para a suspensão do processo, conforme Luiz Flavio Gomes (1997), seria a sustação da ação penal após o recebimento da denúncia:

Na suspensão condicional do processo o que se suspende é o próprio processo, *ab initio*. O momento do oferecimento da denúncia é o corretamente adequado, em princípio, para a concretização da proposta de suspensão. Sendo aceita, o juiz pode suspender o processo. O que temos, em síntese, em termos conceituais, é a paralisação do processo, com potencialidade extintiva da punibilidade, caso todas as condições acordadas sejam cumpridas, durante determinado período de prova. Concretizando o plano traçado consensualmente, sem que tenha havido revogação, resulta extinta a punibilidade, isto é, desaparecido a pretensão punitiva estatal decorrente de fato punível descrito na denúncia. Considerando que o acusado aceita entrar em período de prova desde logo, sem discutir a culpabilidade, já se falou em *sursis* antecipado (GOMES, 1997, p. 130).

Neste aspecto, é importante ressaltar que para a declaração de extinção de punibilidade pelo magistrado, indispensáveis o cumprimento no aventado na proposta feita pelo representante Ministerial, sem o que, o próprio representante do Ministério Público pode requerer a revogação do benefício.

Continua Luiz Flávio Gomes (1997) dizendo que a principal característica do instituto da suspensão condicional do processo é o *nolo contendere*, isto é, o benefício do instituto não incide como forma de defesa. Uma vez aceita a proposta pelo acusado, este não contesta a imputação que lhe é feita na denúncia. Isto não significa admissão de culpa, tampouco declaração de inocência, haja vista que não se discute o elemento culpabilidade em nenhum ato processual. Por isso, quando revogado o benefício da suspensão o processo retornará ao procedimento em que houve a aceitação e obedecerá a todos os princípios do devido processo legal.

Como já citado anteriormente, de acordo com a própria Lei, a proposta da medida despenalizadora cabe ao representante do Ministério Público. Todavia, nas palavras de Weber Martins Batista (2002), o juiz poderá apresentar a proposta na ausência de sua oferta pelo representante Ministerial, de ofício ou por requerimento do interessado, caso entenda seu

cabimento, dentro dos princípios que norteiam sua atuação no processo.

Por este motivo, Aury Lopes Júnior (2010, p. 249) entende que a suspensão condicional do processo está elencada no rol dos atos de ofício do magistrado.

[...] presentes os pressupostos legais, não poderá o Ministério Público deixar de oferecer a suspensão condicional do processo, que poderá ser aceita ou não pelo réu. Não se pode esquecer que a medida insere-se na lógica do consenso, não apenas no sentido de que o réu não é obrigado a aceitar a proposta, mas também na perspectiva de que poderá negociar a duração e demais condições. Ainda que o dispositivo legal mencione que o Ministério Público “poderá propor”, isso não significa que seja uma faculdade do acusador.

Por essa forma, caso o representante do Ministério Público não ofereça a proposta da suspensão condicional do processo, deve o magistrado, por analogia, aplicar o artigo 28 do Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941, que prevê a remessa dos autos ao Procurador-geral no caso do magistrado considerar improcedentes as razões apresentadas pelo representante Ministerial. É o que determina a Súmula nº 696 do Supremo Tribunal Federal:

Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal (BRASIL, 2012f).

Há de se considerar a necessidade do acusado em obrigar-se espontaneamente, pois o § 1º do artigo 89 da Lei 9.099/95, refere-se à aceitação da proposta: “aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições: [...]” (BRASIL, 2012k).

Logo, verifica-se que o ato jurídico de oferecimento do benefício é, segundo Válder Kenji Ishida (2003), bilateral, pois além do Ministério Público oferecer a proposta, é imperativo a aceitação do acusado.

Nesta linha de raciocínio posiciona-se Eugênio Pacelli de Oliveira da seguinte forma (2010, p. 672):

Mesmo que a proposta feita pelo Ministério Público e aceita pelo réu, não está o juiz obrigado a suspender o processo, no caso de não entender cabível a aplicação do art. 89, por quaisquer dos fundamentos previstos em lei, afinal, embora se cuide de direito subjetivo do réu, o Judiciário pode, por óbvio, emitir juízo de valor a cerca da existência desse direito.

Aqui, é importante lembrar que em uma eventual discordância entre o acusado e seu defensor em aceitar ou não a proposta da benesse, prevalece a vontade do acusado em detrimento da opinião técnica de seu defensor, em que pese a lei n. 9.099/95 prescrever em seu artigo 89, § 1º: “Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor” (CARVALHO, 2006).

Conforme Weber Martins Batista (2002) não há prazo determinado no ordenamento jurídico para que a proposta da suspensão condicional do processo seja aceita. Presume-se, contudo, que a manifestação deverá ocorrer no momento em que a proposta foi ofertada.

Neste sentido, Eugênio Pacelli de Oliveira (2010, p. 672) afirma:

[...] a recusa da suspensão deve ser impugnada imediatamente, antes da instrução criminal; se não levantada, por quaisquer das partes ou pelo juiz, somente uma providência liminar poderá permitir o conhecimento prévio da questão antes da prolação da sentença condenatória[...].

Em se tratando da admissibilidade ou não da suspensão condicional do processo, Antônio César Leite de Carvalho (2006) lembra que o benefício cabe tanto nas ações públicas condicionadas quanto nas ações públicas incondicionadas; aos crimes comuns, como também aqueles previstos em legislação extravagante, incluindo-se os crimes militares, eleitorais e as contravenções penais. Portanto, resta claro que o legislador não intentou qualquer restrição quanto à abrangência da aplicabilidade do instituto despenalizador. Os únicos óbices existentes para sua utilização da medida são os requisitos previstos em Lei.

A contrário senso, o cabimento da suspensão condicional do processo nas ações de iniciativa privada é discutível. Porém, mesmo ausente o representante do Ministério Público, a quem cabe ofertar a proposta, os magistrados tem aceito que o querelante oferte, afinal, não seria plausível impedir que a vítima ofereça a suspensão condicional do processo ao querelado, se por outro lado ela pode até mesmo perdoar o réu (LOPES JÚNIOR, 2010).

Ainda, sobre o estudo da admissibilidade do instituto da suspensão



condicional do processo, importante colacionar duas súmulas: a primeira de nossa Suprema Corte:

Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano. (Súmula nº 723 do STF) (BRASIL, 2012l).

E a segunda súmula é do Superior Tribunal de Justiça:

O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano. (Súmula nº 243 do STJ) (BRASIL, 2012m).

Verifica-se, pela leitura das súmulas citadas que o representante do Ministério Público e o magistrado devem sopesar, durante a análise de admissibilidade da suspensão condicional do processo, as penas cominadas aos delitos praticados considerando a aplicação de majorantes, concurso material e formal, além da continuidade delitiva. Com isto, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça deixaram claro que crimes de baixa lesividade, quando praticados sob determinadas condições, sobretudo quando executados em comunhão com outros crimes ou então, de forma continuada, podem tornar-se potencialmente ofensivos.

Em que pese a posição das Cortes Superiores, revelam-se entendimentos contrários à aplicabilidade das súmulas acima referidas, dentre os quais merece destaque a participação de Ada Pelegri Grinover (2005) para quem as penas mínimas abstratas não podem ser somadas para o fim de impedimento da medida despenalizadora prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/95. Segundo Grinover, as infrações penais devem ser consideradas isoladamente sob pena de se converter os anseios da Lei nova que devem prevalecer aos meios tradicionais.

Passa-se agora a análise dos requisitos que o acusado deve cumprir para ter direito ao benefício legal, requisitos estes previstos no *caput* do próprio artigo 89 da Lei em comento, combinado com o artigo 77 do Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro 1940, *in verbis*:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano,

abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal) (BRASIL, 2012k).

Por sua vez, o artigo 77 do Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro 1940 dispõe:

Art. 77 A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensão, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:  
 I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;  
 II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;  
 III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.  
 § 1º - A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício.  
 § 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensão, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão (BRASIL, 2012e).

Como se pode perceber, para receber a benesse da suspensão condicional do processo penal, exige-se, além da pena mínima cominada ao delito não ser superior à um ano, que o acusado não responda por outro processo crime, que não seja reincidente e que também preencha os requisitos previstos no artigo 77 do Código Penal, que trata da suspensão condicional da pena – *SURSI*.

No tocante ao primeiro requisito, aquele previsto no *caput* do artigo 89 da Lei 9.099/95, de que o pretense beneficiado não pode estar sendo processado, Aury Lopes Júnior (2010), entende que o simples fato do acusado estar respondendo a processo não pode ser impedimento para se ofertar a suspensão condicional do processo. Se assim fosse, estar-se-ia presumindo a culpabilidade do acusado sem que tenha ocorrido o trânsito em julgado, o que afronta diretamente o princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Isto significa que peças indiciárias, a exemplo do inquérito policial militar ou termo circunstanciado em desfavor do acusado, não pode servir de óbice para a oferta instituto despenalizador.

Sendo o acusado reincidente, não poderá receber o benefício legal. Todavia, se o lapso temporal do fim do cumprimento da pena referente a condenação anterior for maior que cinco anos, o acusado terá direito a receber nova proposta.

Aqui vale lembrar a pena de multa não retira o direito do acusado em receber a benesse, independentemente do tempo de seu pagamento.

Excetuando-se a reincidência, preso ao princípio constitucional da presunção de inocência, todos os demais requisitos previstos no artigo 77 do Código Penal tem caráter subjetivo, ou seja, fica a cargo do juiz de direito analisar e decidir se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, motivos e circunstâncias da prática delituosa desabilitam o acusado de receber o benefício da medida despenalizadora em apreço.

Uma vez considerado apto e aceitado a suspensão condicional do processo penal, será o acusado submetido a um período de prova que variará entre dois a quatro anos, conforme detalhar a proposta do representante Ministerial, podendo, ainda, constar outras condições (GOMES, 1997), previstas nos incisos do §1º do artigo 89 da Lei 9.099/95:

Art. 89 [...]

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades (BRASIL, 2012k).

Segundo Weber Martins Batista (2002) a primeira condição para a suspensão condicional do processo, prevista no inciso I do dispositivo em comento, a reparação do dano, é considerada uma das mais importantes e só não será realizada ante a sua impossibilidade.

Por sua vez, Aury Lopes Júnior (2010) lembra que a reparação deve ser realizada no período de prova. Na prática, isto significa que, se ao final do período probatório, a reparação não for realizada e o acusado não conseguir demonstrar que, efetivamente, buscou realizar a reparação do dano, a suspensão condicional do processo será revogada.

Quanto a condição prevista no inciso II, de proibição de frequentar determinados lugares, tem um caráter preventivo e, desta forma, deve ser atribuída somente quando adequada e necessária. Em certas situações, pode ser considerada indispensável, como se fosse medida cautelar, por exemplo, do acusado ter por hábito envolver-se em brigas em locais como bares, campo de futebol, casas noturnas. Aqui, para que o caráter preventivo

tenha efetividade, se faz necessária a admonitória do magistrado quando atribuir a benesse ao acusado, haja vista que, uma fiscalização por parte do poder público é improvável (BATISTA, 2002, p. 393).

No tocante às duas últimas condições, Aury Lopes Júnior (2010) aduz que proibir o acusado de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juízo, bem como, exigir seu comparecimento pessoal e periódico em Juízo, são condições obrigatórias, que além de estimular o acusado a não mudar de endereço sem prévia comunicação, tem como característica principal o controle, pelo magistrado e também pelo representante do Ministério Público, dos atos do beneficiado com a suspensão condicional do processo durante seu período de prova.

Por fim, determina a Lei que o juiz poderá, ao proferir a decisão de suspender o processo, determinar outras condições que ache necessário ao caso, desde que adequadas e proporcionais ao fato e às condições pessoais do acusado, nos moldes do § 2º do artigo 89 da Lei 9.099/95 e do artigo 79 do Código Penal, respectivamente, *in verbis*:

Art. 89 [...]

§ 1º [...]

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado (BRASIL, 2012k).

Art. 79 - A sentença poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado (BRASIL, 2012e).

Cumpridas todas as obrigações imposta na proposta de suspensão condicional do processo ofertada pelo representante do Ministério Público em audiência, incluindo o período de prova, o magistrado prolatará sentença extinguindo a punibilidade (OLIVEIRA, 2010).

Todavia, se por algum motivo o acusado beneficiado com a suspensão condicional do processo não cumprir o acordado e, por consequência, der causa à sua revogação, nos moldes do § 3º do artigo 89 da Lei 9.099/95, deverá o magistrado revogar a suspensão com decisão devidamente fundamentada (LOPES JUNIOR, 2010), voltando o processo ao *status quo* do dia da aceitação do benefício, sem prejuízo do princípio do devido processo legal ou de qualquer outro princípio constitucional do processo penal.

Vejamos os termos do dispositivo que prevê a revogação:

Art. 89 [...]

§ 1º [...]

§ 2º [...]

§ 3º **A suspensão será revogada** se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º **A suspensão poderá ser revogada** se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta (BRASIL, 2012k) *grifo meu*.

Como se pode perceber no grifo da citação acima, § 3º trata das causas de revogação da suspensão condicional do processo penal obrigatórias. Segundo Aury Lopes Júnior (2010), as obrigatórias ocorrem quando o acusado beneficiado for processado no período de prova ou então, negar-se a reparar o dano causado conforme acordado. Por sua vez, o § 4º trata das causas facultativas, ou seja, aquelas em que o acusado descumprir o estabelecido na proposta oferecida pelo representante Ministerial ou na situação de ser processado por delito previsto na lei de contravenções penais.

Contudo, independentemente da classificação das causas de revogação, repete o referido doutrinador que é indispensável que a sentença que revoga o benefício da suspensão condicional do processo penal tenha adequada e suficiente '.

## 2.3 O Princípio Constitucional da Igualdade.

Nossa Carta Magna estabelece em seu artigo 5º, *caput*, o princípio da igualdade, literalmente expresso da seguinte forma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 2012a), entendido como um dos seus pilares estruturais, indispensável ao Estado Democrático de Direito que representa. Basta ver que o referido princípio está alocado no capítulo que disciplina os direitos fundamentais (MORAIS, 2008).

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes (2008, p. 36):

A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade de direitos, prevendo a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico

O referido doutrinador, como ele mesmo confessa, estruturou seu pensamento em Aristóteles, segundo o qual deve-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade.

Nas palavras do filósofo grego:

Pensa-se, por exemplo, que a justiça é igual – e de fato é, embora não seja para todos, mas somente para aqueles que são iguais entre si; também se pensa que a desigualdade pode ser justa, e de fato pode, embora não para todos, mas somente para aqueles que são desiguais entre si (ARISTÓTELES, 1997, p. 228).

Ainda, sobre o princípio da igualdade, percebe-se que deve ser analisado de duas formas distintas:

[...] o da igualdade na lei e o da igualdade perante a lei. *Igualdade na lei* constitui exigência destinada ao legislador, que, na elaboração da lei, não poderá fazer nenhuma discriminação. Aliás, a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI). A *igualdade perante a lei* pressupõe que esta já esteja elaborada e se traduz na exigência de que os Poderes Executivo e Judiciário, na aplicação da lei, não façam qualquer discriminação (CHIMENTI, 2009, p. 60).

Seguindo o mesmo raciocínio de Ricardo Cunha Chimenti, Alexandre de Moraes (2008, p. 66), visualiza o princípio da igualdade, também sob dois ângulos:

De uma parte, frente ao legislador ou ao próprio executivo, na edição, respectivamente, de leis, atos normativos e medidas provisórias, impedindo que possam criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que encontram-se em situações idênticas. Em outro plano, na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e ato normativos de maneira igualitária, sem estabelecimento de diferenciações em razão de sexo, religião, convicções filosóficas ou políticas, raça, classe social (MORAIS, 2008, p. 66).

Aqui, cabe a interferência de Luigi Ferrajoli, fundador do garantismo jurídico-penal, modelo de sistema normativo que impõe limites à autoridade estatal em sua função punitiva e reafirma a garantia dos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo.

Nas palavras do jurista italiano:

Este papel de garantia do Direito tornou-se hoje possível pela específica complexidade da sua estrutura formal [...], ou seja, as suas condições de “validade”, resulta positivado por um sistema de regras que disciplinam as próprias opções com que o Direito é pensado e projetado, estabelecendo os valores ético-políticos – a igualdade, a dignidade da pessoa, os direitos fundamentais – que devem enformar aquelas regras. São em suma, os próprios modelos axiológicos do Direito Positivo, e não só os seus conteúdos contingentes – o “dever ser”, e não apenas o seu “ser” - que no Estado Constitucional de Direito são incorporados no ordenamento, como *Direito sobre o Direito*, sob a forma de limites e vínculos na própria estrutura da legalidade jurídica (FERRAJOLI, 1997, p. 93)

Pela leitura do fragmento acima, não restam dúvidas de que a igualdade é um dos princípios que devem ser sempre observados no fazimento da Lei, sob pena de se subverter sua própria validade.

Celso Antônio Bandeira de Mello na obra: “Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade (1993) complementa aduzindo que o princípio da igualdade é abrangente. Não se limita em equiparar a todos frente ao ordenamento jurídico vigente. Todavia, o referido princípio impõe que a feitura e interpretação de todas as normas que compõem este ordenamento jurídico estejam em consonância com o princípio constitucional em comento.

“Com efeito, por via do princípio da igualdade, o que a ordem jurídica pretende

firmar é a impossibilidade de desequiparações fortuitas ou injustificadas. Para atingir este bem, este valor absorvido pelo Direito, o sistema normativo concebeu fórmula hábil que interdita, o quanto possível, tais resultados, posto que, exigindo *igualdade*, assegura que os preceitos genéricos, os abstratos e atos concretos colham a todos sem especificações *arbitrárias*, assim proveitosas que detrimetosas para os atingidos (MELLO, 1993, p. 18)

Desta forma, discriminações indevidas são proibidas. Lei alguma poderá criar ou aumentar desigualdades. Para tanto, indispensável a interferência do Poder Judiciário por meio dos mecanismos constitucionais colocados à sua disposição, respeitando, é claro, os limites exercício de sua função jurisdicional (MORAIS, 2008).

Portanto, como ensina Joel de Menezes Niebuhr (2000), o destinatário da cláusula constitucional da igualdade diante da lei, é o legislador e, em decorrência, a legislação. Em que pese as regras da política legislativa serem discricionárias, existem limitações, dentre elas, as impostas pelo princípio da igualdade:

Não há motivo plausível para se privar o Legislativo do respeito à isonomia. *Ad argumentadum tantum*, se é correto afirmar que o mesmo não tem propensão a ofendê-lo, com mais ênfase deveria se dispor ao controle. O arrazoado restritivo cai por terra em frente à supremacia principiológica no campo do Direito. A igualdade perante a lei pressupõe que haja igualdade na lei. Sem isso a hermenêutica seria ilógica e irrazoável. A ordem jurídica veda discriminações infundadas, não importando de onde provenham (NIEBUHR, 2000, p. 53-54).

Desta forma, considerando que o legislador está vinculado ao princípio da igualdade, uma vez desrespeitado este princípio, cabe ao Poder Judiciário interferir nas relações jurídicas, apreciando-as sob a luz do referido instituto constitucional.

Indiscutível a proibição de discriminações indevidas, avessas ao princípio da isonomia. Em nenhum momento a lei poderia aceitar uma situação que crie ou aumente as desigualdades em casos concretos, pois o princípio da igualdade tem cadeira cativa na nossa Constituição Federal, à quem, é sempre bom lembrar, todas as normas infra constitucionais devem obediência (SILVA, 2012).

Complementa Joel Oliveira Dutra (2000) alertando que o respeito ao ordenamento pátrio se dá, precipuamente, pelo respeito aos Princípios Constitucionais. Em outras palavras, a vinculação do jurista é para com a Lei Maior, o que, por si só, justifica uma interpretação legislativa conforme nossa Carta Magna.

Neste sentido, o doutrinador esclarece que a inaplicabilidade de um instituto



despenalizador como o da suspensão condicional do processo à determinado grupo social, no caso os militares, feriria o princípio da isonomia, em especial nos crimes militares impróprios, aqueles crimes previstos no Código Penal Militar e também previstos no Código Penal Comum.

Dita igualdade, é certo, não é um igualitarismo absoluto entre as pessoas, posto que os homens são desiguais sob vários aspectos [...]. Assim, existentes as desigualdades, para evitar que a busca da igualdade acabe por gerar mais desigualdades e propicie a injustiça, é que se foram criando leis que levam em conta diferenças nas formações e nos grupos sociais. Daí, por exemplo, a existência de dois Códigos Penais: o comum e o militar, posto que impensável aplicar-se à caserna algumas disposições da vida civil, já que naquela, vigem os princípios da hierarquia e disciplina, cujo rigor deve ser decantado a fim de que se preservem as próprias instituições militares. [...] Assim é que, o Código Penal Militar contempla uma série de delitos impossíveis de serem cometidos por quem não veste a farda de uma corporação militar; os chamados “crimes Militares próprios”, [...] Daí o tratamento “desigual” aos “desiguais”, os militares, que devem se manter sob a égide de ordens, comandos, superiores (DUTRA, 2000, p.12).

Portanto, um tratamento desigual conferido aos militares deve, por força do princípio da igualdade, limitar-se aos crimes próprios, posto que este crimes, sim, ferem os princípios basilares da formação militar. Todavia, um tratamento desigual em relação aos demais crimes previstos no Código Penal Militar, implicaria na “ruptura da ordem democrática e na violação do princípio constitucional da igualdade” (DUTRA, 2000, p. 12) .

Neste diapasão, segue-se para o terceiro capítulo do presente estudo, onde se defenderá a possibilidade do oferecimento da suspensão condicional do processo penal na Justiça Militar com base, justamente, no princípio aqui referendado.

### **3 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NA JUSTIÇA MILITAR.**

Inicia-se aqui o estudo do objeto deste trabalho acadêmico: a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099 de 26 de maio de 1995, na Justiça Militar, como instituto despenalizador.

#### **3.1 Aplicabilidade do conteúdo do artigo 89 da Lei 9.099/95 na Justiça Militar**

Desde de setembro de 1995, quando entrou em vigor a conhecida Lei dos Juizados Especiais, foram apontadas inúmeras questões a respeito da possibilidade do oferecimento da suspensão condicional do processo aos militares réus nas ações penais em trâmite nas Justiças Militares, discussões estas, levantadas tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, seja em favor ou contra a aplicação do referido instituto na Justiça Castrense (ROSA, 2012).

Tentando pôr fim a discussão, o Superior Tribunal Militar editou a Súmula nº 09, *in verbis*: “A Lei nº 9.099, de 26.09.95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, não se aplica à Justiça Militar da União”(BRASIL, 2012n).

Tal súmula gerou ainda mais discussões em relação a aplicação ou não do instituto, seja por parte da jurisprudência, seja por parte da doutrina. Por conta disto, promulgou-se a Lei n. 9.839, de 27 de setembro de 1999, que inseriu na Lei dos Juizados Especiais o artigo 90-A, cujo teor proíbe sua aplicação na seara militar: “As disposições nesta lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar”(BRASIL, 2012k).

Vejamos então alguns julgados que demonstram a aplicação da suspensão condicional do processo penal no âmbito da Justiça Militar antes da inclusão do artigo 90-A na Lei n. 9.099/95, a começar pelo Superior Tribunal Militar:

Apelação nº 2043/ STM-MG. Lei nº 9.099/95, se cabível, só pode ocorrer por proposta do Ministério Público e aceita pelo acusado e seu defensor. Trata-se de transação processual e não de direito subjetivo do acusado, não podendo o Juiz concedê-la de moto próprio. Preliminar: Unânime. REJEITARAM. Mérito: Unânime. PROVIMENTO (Apel nº 2043/ STM-MG. Rel. Juiz Cel PM Jair Cançado Cautinho. Origem do Processo nº 14.146/1ª AJME. DJ 21/09/1997. STM-MG).

Neste acórdão o Superior Tribunal Militar, abrigou a possibilidade de aplicação do referido instituto despenalizador aos militares, desde que proposto pelo representante do Ministério Público.

Por sua vez, nossa Suprema Corte, de forma inequívoca, permitiu a aplicação do artigo 89 da Lei 9.099/95 aos militares:

EMENTA: - PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MILITAR. HOMICÍDIO CULPOSO. CPM, ART. 206. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: LEI 9.099/95, ART. 89. I. - Aplica-se ao processo militar o art. 89 da Lei 9.099/95, que prevê a suspensão condicional do processo (ou sursis processual). Precedentes: RHC 74.547-SP, Rel. Min. Octavio Gallotti, "DJ" 20/05/97; HC 75.706-AM, Min. Maurício Corrêa, "DJ" 19/12/97. II. - HC deferido. (HC 77037, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 16/06/1998, DJ 14-08-1998 PP-00006 EMENT VOL-01918-03 PP-00444)

Por fim, a decisão do Superior Tribunal de Justiça segue os moldes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar conforme se verifica na ementa abaixo colacionada:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS (E. C. 22/99). CRIME MILITAR. LEI Nº 9.099/95. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. Conforme entendimento majoritário, aplica-se ao processo penal militar o art. 89 da Lei nº 9.099/95. Precedentes do Pretório Excelso. Writ concedido. (HC 9182/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/05/1999, DJ 21/06/1999, p. 178)

Todavia, com a expressa proibição da aplicação da Lei n. 9.099/95 nas Justiças Militares, incluída com artigo 90-A, o entendimento jurisprudencial mudou radicalmente.

O fundamento utilizado pelas Cortes Brasileiras para rejeitar a aplicação do instituto despenalizador em seus julgados foi justamente a publicação da Lei nº 9.839/99.

Neste ponto, interessante destacar os motivos que levaram a publicação da mencionada Lei que veio a alterar a interpretação da Lei dos Juizados Especiais.

Segundo Ronaldo João Roth (2003), no dia 20 de março de 1998, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou à Câmara de Deputados o projeto de lei nº 4.303/98, origem da Lei nº 9.839/99. A razão do Chefe do Executivo ter proposto o citado projeto de Lei foi a pressão vinda do alto Comando das Forças Armadas que

lhe havia entregue formalmente a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/MM/MEX/MAER/EMFA/1998, prescrevendo haver necessidade de elaboração de Lei para “pôr fim às divergências de interpretação que vêm ocorrendo quanto à aplicabilidade, ou não, da citada Lei nos processos por crimes militares” (BRASIL, 2012g).

No projeto de lei nº 4.303/98, o autor defendeu a tese de que a suspensão condicional do processo no âmbito da Justiça Militar é inteiramente conflitante com os princípios basilares do Direito Penal Militar (BRASIL, 2012g).

E por conta deste posicionamento do Chefe do Executivo, influenciado pelos respectivos Chefes Militares, seguiu-se a aprovação do projeto de lei que resultou na inclusão do artigo 90-A na Lei dos Juizados Especiais Militares.

Destarte, como lembrado por Jorge César de Assis (2001), a edição da Lei n. 9.839/99 abafou as discussões a respeito da possibilidade ou não de aplicação da Lei n. 9.099/99 na Justiça Castrense.

Por conta destes aspectos e, conseqüentemente, de novo posicionamento jurisprudencial, seguiram-se julgados dos Tribunais Superiores, contrapondo seus próprios argumentos, anteriores à alteração da Lei 9.099/95, a começar pelo Supremo Tribunal Federal, conforme as ementas que seguem:

EMENTA: AÇÃO PENAL. Crime militar. Proposta de suspensão condicional do processo. Falta. Inexistência de ilegalidade. Fato posterior ao início de vigência da Lei nº 9.839/99, que acresceu o art. 90-A da Lei nº 9.099/95. HC denegado. Precedentes. Ao processo por crime militar praticado após o início de vigência da Lei nº 9.839/99, que acrescentou o art. 90-A à Lei nº 9.099/95, não se admite proposta de suspensão condicional. (HC 86444, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 02/06/2009, DJe-118 DIVULG 25-06-2009 PUBLIC 26-06-2009 EMENT VOL-02366-01 PP-00206 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 296-300)

Trata-se de *habeas corpus* intentado ao Supremo Tribunal Federal para dirimir questão acerca da constitucionalidade da Lei nº 9.839/99, por consequência da aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar, cuja decisão foi denegada em virtude dos Ministros da segunda turma entenderem não serem mais aplicáveis os institutos da Lei nº 9.099/95 à Justiça Militar após a vedação expressa acrescida pelo artigo 90-A, incluído pela Lei nº 9.839/99, sendo que admitiu serem aplicáveis os institutos somente aos casos ocorridos antes da entrada em vigor da nova Lei.

Segue mais um *habeas corpus* impetrado no Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL MILITAR. CRIME DE DESERÇÃO. ART. 187 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. INAPLICABILIDADE DA LEI 9.099/1995 (SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO) APÓS A EDIÇÃO DA LEI 9.839/1999. PRECEDENTES. LEI 10.259/2001 - JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. REVOGAÇÃO DO ARTIGO 90-A DA LEI 9099/1995. IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTE. ORDEM DENEGADA. 1. O instituto da suspensão condicional do processo é inaplicável no âmbito da Justiça Militar após a edição da Lei nº 9.839/1999. Esse diploma legal introduziu o art. 90-A na Lei nº 9.099/1995. Precedentes. 2. A edição da Lei nº 10.259/2001, que regulamentou a criação dos Juizados Especiais Federais, não revogou o artigo 90-A da Lei nº 9.099/95. Precedente. 3. Habeas corpus denegado. (HC 90015, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 01/04/2008, DJe-117 DIVULG 26-06-2008 PUBLIC 27-06-2008 EMENT VOL-02325-03 PP-00447)

Este julgado, por sua vez, procura dirimir questão acerca da possibilidade de revogação do artigo 90-A pela Lei nº 10.259/01, que criou os Juizados Especiais Federais e deu novo conceito aos crimes de menor potencial ofensivo, incluindo neste rol os delitos com pena máxima cominada em até dois anos. A decisão foi no sentido de denegar o *writ*, e manter a vigência do dispositivo atacado.

Por sua vez, seguindo o mesmo posicionamento da Suprema Corte, o Superior Tribunal de Justiça também mudou seu entendimento e assim passou a decidir:

PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. SINDICÂNCIA. EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE PROPOSTA DE SURSIS PROCESSUAL. DECISÃO QUE CONTOU COM O ASSENTIMENTO DO MAGISTRADO DE 1º GRAU. REGULARIDADE. NÃO-APLICAÇÃO DAS REGRAS DESPENALIZADORAS DA LEI 9.099/95 AOS CRIMES MILITARES PRATICADOS EM DATA POSTERIOR À EDIÇÃO DA LEI 9.839/99. ORDEM DENEGADA.

1. O oferecimento de denúncia perante a Justiça Militar independe do nome, da regularidade formal ou da existência de procedimento inquisitorial, bastando evidencie-se justa causa para a instauração da ação penal e sejam respeitadas as regras constantes do art. 77 do Código de Processo Penal Militar, bem como não incidam quaisquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 78 do mesmo estatuto processual.

2. Quando o Ministério Público não propõe o benefício da suspensão condicional do processo e o juízo de 1º grau é concorde com o ânimo ministerial, inexistente ilegalidade a ser afastada.

3. A Lei 9.839/99, de 27 de setembro de 1999, acrescentou o art. 90-A à Lei 9.099/95, sendo expressa ao afastar a aplicação dos institutos despenalizadores desta no âmbito da Justiça Castrense, cujos efeitos ficam reservados para os delitos praticados em data posterior à edição da nova lei, tendo em vista o seu conteúdo material desfavorável aos acusados.

4. Ordem denegada.

(HC 41682/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2005, DJ 22/08/2005, p. 318)

A decisão do Superior Tribunal de Justiça, em relação ao referido remédio constitucional assentou sobre a inaplicabilidade dos institutos da Lei nº 9.099/95 à Justiça Militar após a vigência da Lei nº 9.839/99, nos moldes das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Com base na jurisprudência até aqui colacionada, a Justiça Militar Federal não mais aplica o instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei n. 9.099/95.

Abraçando a mesma posição contrária a aplicação da suspensão condicional do processo estão entendimentos doutrinários ligados a uma análise fria do texto do artigo 90-A da Lei n. 9.099/95, combinado com os Decretos-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) e nº 1.002/69 (Código de Processo Penal Militar), o que o leva a concluir serem, tais dispositivos, incompatíveis entre si (ROSA, 2012).

Como principal argumento contrário à aplicação do instituto despenalizador aos militares, segundo Jorge César de Assis (2001), tem-se à distinção dos bens tutelados pelo Direito Penal Militar. Segundo Assis, a disciplina e a hierarquia são, além dos principais bens tutelados, princípios basilares da conduta do militar que o diferencia do cidadão civil, tornando insustentável qualquer comparação. Desta forma, a aplicação da suspensão condicional do processo na justiça militar afrontaria claramente tais princípios, enfraquecendo toda a estrutura da organização militar.

Uma segunda ponderação para negar a aplicação dos institutos da Lei nº 9.099/95 aos militares, refere-se ao princípio da especialidade da lei que desautoriza o uso de qualquer legislação comum às legislações especializadas, à exemplo da legislação eleitoral e militar.

Nesta esteira, Felix Ficher (1996, p.10) assim se manifesta:

A Lei n.º 9099/95 não altera o CPM, e nem o CPPM, basicamente, em virtude do princípio de especialidade. O recurso à analogia *in bonam partem*, por seu turno, como forma de auto-integração da ordem legal, seria uma solução errônea, dada a ausência de identidade da *ratio legis*. Finalmente, a por mais forte razão, incabível se mostra, também, o apelo ao princípio da isonomia. Consequentemente, nenhuma das citadas normas mistas da Lei n.º 9099/95 tem aplicabilidade na legislação militar vigente .

Alega o autor que o princípio da especialidade desabilita a legislação especializada do Direito Militar a receber os institutos da Lei dos Juizados Especiais.

Ainda sobre o princípio da especialidade da norma, Julio Fabbrini Mirabete

(1998) aduz que os crimes militares e os eleitorais têm suas acepções regradas por normas de Direito Penal Especial; logo, o ordenamento penal militar não pode sofrer interferência da legislação comum.

Trazendo um terceiro argumento que nega a aplicação do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 na Justiça Castrense, Antônio Cláudio Barcellos de Abreu (1996) se embasa no fato de que o conteúdo do artigo 77 do Código Penal Comum, que define os requisitos legais para cabimento do instituto, são distintos das condições elencadas no artigo 84 do Código Penal Militar.

Veja-se o teor dos artigos, começando pelo artigo 77 do Decreto-lei n. 2.848/40:

Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código. § 1º - A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício.

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão (BRASIL, 2012e).

Seguido pelo conteúdo do artigo 84 do Decreto-lei nº 1.001/69:

Art. 84 - A execução da pena privativa da liberdade, não superior a 2 (dois) anos, pode ser suspensa, por 2 (dois) anos a 6 (seis) anos, desde que:

I - o sentenciado não haja sofrido no País ou no estrangeiro, condenação irrecorrível por outro crime a pena privativa da liberdade, salvo o disposto no 1º do art. 71;

II - os seus antecedentes e personalidade, os motivos e as circunstâncias do crime, bem como sua conduta posterior, autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Deste modo, entende o autor que, sendo diferentes os requisitos dos distintos dispositivos legais acima elencados, o artigo 89 da Lei nº 9.099/95 não pode ser aplicado ao Decreto-lei nº 1.001/69.

Por fim, Felix Ficher (1996) defende a inaplicabilidade do instituto despenalizador da Lei dos Juizados Especiais na Justiça Militar, considerando que sua

aplicação neutralizaria a legislação penal militar. Isto porque, segundo o autor, haveria uma inversão de valores no tocante as transgressões disciplinares que passariam a ter punições mais severas do que muitos crimes militares, o que é inconcebível, posto que as transgressões disciplinares são a mesma violação do crime militar, porém, na sua manifestação elementar e simples, assim como as contravenções penais em relação aos crimes comuns.

No que tange à Justiça Militar Estadual, em que pese toda a temática até aqui discutida, mesmo após a inserção do artigo 90-A na Lei 9.099/95, diferentemente da Justiça Militar Federal, permanece controvertida a questão de utilização ou não do instituto despenalizador, previsto no seu artigo 89.

Isto porque, conforme disserta Paulo Frederico Cunha Campos (2012), uma leitura mais atenta do artigo 90-A da Lei 9099/95 deixa transparecer que não há qualquer restrição da aplicação do artigo 89 da lei em comento à Justiça Militar Estadual. O legislador fez uso de um termo genérico, não determinando expressamente que a Lei nº 9099/95 não possa ser utilizada na Justiça Castrense em seu âmbito Estadual.

Conforme Paulo Tadeu Rodrigues Rosa (2012), o sistema federativo, adotado pelo Brasil, prevê autonomia política e administrativa para cada um dos Estados-membros da União e também para os Municípios. Isto significa que, cada ente federativo pode organizar seus poderes em leis próprias, desde que observados os limites impostos pela Constituição Federal.

Considerando que as Justiças Militares Estaduais são órgãos vinculados ao Poder Judiciário dos Estados-membros, conforme preceitua o artigo 125 de nossa Carta Maior, e que os Recursos Especiais são de competência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, não há que se falar em aplicação da Súmula nº 09 do Superior Tribunal Militar no âmbito da Justiça Militar Estadual. Logo, tal Súmula não afasta a aplicabilidade da Lei 9.099/95 da seara militar estadual, posto que está voltada unicamente à Justiça Militar da União.

Importante lembrar que a organização da Justiça Militar Estadual é distinta da organização da Justiça Militar Federal. Enquanto a primeira está prevista no artigo 125 da Constituição federal, com competência para processar e julgar apenas os militares estaduais, a segunda, é regulada pela Lei Federal n.º 8.457/92 e tem competência mais abrangente, considerando que julga, além dos militares federais, aqueles cidadãos integrantes das Forças Armadas, também os cidadãos civis, ou seja, os cidadãos não militares que infringem algum dispositivo do Código Penal Militar. Em outras palavras, a Justiça Militar Estadual não é competente para julgar civil que pratica crime contra as instituições militares estaduais, cabendo esta competência à Justiça Comum.



É o que diz Jorge César de Assis (2005, p. 45).

Assim, enquanto a competência da Justiça Militar Federal é extensiva, eis que pune os crimes militares não importando quem os cometa, a Justiça Militar Estadual é restritiva, pois processa tão somente os policiais e bombeiros militares, em detrimento à instituição policial militar.

Está correta esta análise, considerando que o artigo 124 da Constituição Federal, que trata da competência da Justiça Militar Federal reza: “à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei”(BRASIL, 2012a), enquanto que o §4º do artigo 125 do mesmo diploma legal prescreve de forma bem específica a competência da justiça Militar Estadual:

**Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados,** nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças (BRASIL, 2012a). *grifo meu.*

E para aniquilar qualquer controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça manifestou-se por meio da Súmula 53: “Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais” (BRASIL, 2012m).

Por conta destes entendimentos, no sentido de que, distintas as organizações, sendo a Justiça Militar Estadual uma Vara Especializada da Justiça Comum, e diferentes as competências, sendo a da Justiça Castrense Estadual restrita em relação à Federal, temos um primeiro argumento a favor da aplicação do instituto despenalizador da Lei 9.099/95 aos militares estaduais.

Oportuno aqui, compartilhar o entendimento favorável à aplicação da Suspensão Condicional do Processo no âmbito da Justiça Militar segundo o posicionamento da Comissão Nacional de Interpretação da Lei nº 9.099/95. Dentre as conclusões obtidas pela comissão da análise da Lei em comento, está a de que serão aplicáveis pelos juízos comuns, tanto estadual como federal, militar e eleitoral, imediata e retroativamente, os institutos penais da Lei 9.099/95, tal como a Suspensão Condicional do Processo Penal (BRASIL, 2012b).

Segundo Célio Lobão Ferreira (1996), fundando-se nesta interpretação,

surgiram novos argumentos, favoráveis à aplicabilidade da lei na esfera Militar, porquanto, a Lei nº 9.099/95 traz ordenamento mais benéfico como também a própria redação do artigo 89 da Lei expressa: “nos crimes abrangidos ou não por esta lei”.

O pedido de suspensão condicional do processo igualmente se aplica aos feitos da competência da Justiça Militar, diante do que vem expresso no art. 89, acima transcrito, ao mencionar os crimes abrangidos ou não por esta lei, no que se incluem os delitos previstos no Código Penal Militar (FERREIRA, 1996, p. 16).

Discordar da aplicabilidade do instituto despenalizador, previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, na Justiça Militar, é seguir com uma mentalidade repressora, vertical e autoritária, a mesma utilizada na elaboração dos Códigos Penal e Processo Militar (GRINOVER, et al, 2005).

Complementando a assertiva dos autores mencionados, Sidnei Elói Dalabrida (2002, p. 16) aponta:

[...] somente uma exegese munificada na literalidade daquela disposição legal, presa à visão tradicional da persecução penal e da política punitiva, expansionista, seletiva e simbólica, descomprometida com o novo modelo punitivo desenhado a partir da Constituição Federal, autorizaria concluir pela inaplicabilidade absoluta da Lei n.º 9.099/95 à Justiça Militar. Contudo, como é cediço, carece a norma jurídica de uma interpretação sistemática, fundada na lógica do razoável, sob pena de subversão à teleologia do sistema em que se acha submersa. Em outros termos, deve a norma “ser interpretada inteligentemente, não de modo que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniência, vá a ter conclusões inconsistentes”.

Dalabrida enfatiza a necessidade de uma interpretação teleológica da norma em comento, que, segundo os hermeneutas é o método de interpretação legal que tem por critério a finalidade da norma.

Conveniente aqui, trazer o conceito exato do método de interpretação teleológica:

Considera-se o Direito como uma ciência primariamente normativa ou *finalística*; por isso mesmo a sua interpretação há de ser, na essência, teleológica. O hermeneuta sempre terá em vista o fim da lei, o resultado que a mesma precisa atingir em uma atuação prática. A norma enfeixa um conjunto de providências, protetoras, julgadas necessárias para satisfazer a certas exigências econômicas e sociais; será interpretada de modo que melhor corresponda àquela finalidade e assegure plenamente a tutela de interesse para a qual foi regida (MAXIMILIANO, 1996, p. 151-152).

Com certeza, a intenção do legislador ao confeccionar a Lei dos Juizados Especiais não foi de excluir quem quer que fosse da aplicação de seus institutos despenalizadores, desde compatíveis os dispositivos da lei com o ordenamento em vigor e cumpridos os requisitos legais.

Neste sentido, convém arrazoar sobre a tese mais defendida pelos doutrinadores do ramo e a mais adequada ao presente trabalho acadêmico. Conforme Márcio Luís Chila Freyesleben (1997) a suspensão condicional do processo deve ser aplicada aos militares estaduais que cometerem crimes impropriamente militares, que nada mais são do que crimes comuns, estando tipificados no Código Penal Militar em virtude de determinadas condições de lugar, tempo, pessoa e matéria. Por sua vez, os crimes propriamente militares, que efetivamente tutelam os princípios basilares do militarismo – hierarquia e disciplina, não serão abrigados pelo instituto despenalizador, sobretudo pelo disposto no artigo 88 do Código Penal Militar que arrola as situações de não aplicabilidade da suspensão condicional da pena, nosso conhecido *SURDIS*:

Art. 88. A suspensão condicional da pena não se aplica:  
 I - ao condenado por crime cometido em tempo de guerra;  
 II - em tempo de paz:  
 a) por crime contra a segurança nacional, de aliciação e incitamento, de violência contra superior, oficial de dia, de serviço ou de quarto, sentinela, vigia ou plantão, de desrespeito a superior, de insubordinação, ou de deserção;  
 b) pelos crimes previstos nos arts. 160, 161, 162, 235, 291 e seu parágrafo único, ns. I a IV. (BRASIL, 2012c).

Segue acórdão do Superior Tribunal de Justiça que acompanha o entendimento exposto:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. LEI Nº 9.099/95. APLICAÇÃO À JUSTIÇA MILITAR. POSSIBILIDADE. 1 - Tratando-se de crime militar impróprio (lesão corporal leve) não há porque obstar a aplicação da Lei nº 9.099/95, porquanto, nesses casos, inexistente incompatibilidade entre os rigores da hierarquia e disciplina, peculiares à vida castrense e aquele diploma legal. Precedente do STF. 2 - Ordem concedida. (HC n. 9223/RS, Relator Min. Fernando Gonçalves. Dj. 14/06/1999).

Desta forma, merece ser destacado que os crimes militares impróprios

devem receber um tratamento diferenciado, considerando sua natureza idêntica aos crimes comuns. Como já foi amplamente abordado neste estudo, o princípio da igualdade impõe tratamento igual para os iguais e desigual para os desiguais; logo, é razoável que se aplique o instituto da suspensão condicional do processo aos militares que cometerem crimes impropriamente militares, considerando que, nesta situação, estão em pé de igualdade com qualquer cidadão civil infrator do mesmo tipo penal, porém, previsto na legislação comum (GRINOVER, et al, 2005).

Para melhor entendimento do exposto, basta se analisar o artigo 209, § 6º, do Código Penal Militar, cujo conteúdo do *caput*, prescreve a conduta típica de “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”(BRASIL, 2012c). Ocorre que, se a ofensa a integridade física for considerada levíssima, pode o juiz, com fulcro no § 6º do dispositivo em comento, considerar o delito como infração disciplinar. Desta forma, como bem salienta Damásio Evangelista de Jesus (1999), se a lei estabelece que se pode até desclassificar o crime, não há que se colocar impeditivos à aplicação da suspensão condicional do processo na seara militar. Até porque, a aplicação do instituto previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 não violará o respeito à hierarquia e à disciplina, haja vista que há plena autonomia para, na esfera administrativa, aplicar-se sanção disciplinar.

Ada Pellegrini Grinover em coautoria (2005) e Damásio de Jesus (2002), arguem a inconstitucionalidade da Lei nº 9.839/99, entendendo que o dispositivo afronta diretamente o princípio da isonomia e da proporcionalidade, elegendo como válida a utilização do instituto da suspensão condicional do processo aos crimes impropriamente militares:

Segundo comentário de Grinover (2002, p. 217):

A partir desta lei, considerando o plano normativo infraconstitucional, fecharam-se as portas na Justiça Militar para a aplicação de todos os dispositivos dos juizados criminais. [...] O tema, entretanto, não é e nunca será tranquilo, porque, no que diz respeito aos crimes Militares impróprios, não há razão para se impedir a incidência da Lei 9.099/95. O que justifica tratamento jurídico distinto só é o Crime Militar Próprio. [...] O crime de lesões corporais configura um claro exemplo de Crime Militar Impróprio, isto é, está também definido no Código Penal Comum. E não se justifica nenhum tratamento diferenciado, só porque conta com previsão típica no Código Penal Militar.

Por sua vez, Damásio de Jesus (2002, p. 119) revela que:

A inovação contrasta com a tranquila jurisprudência do STF e do STJ, que sempre entenderam perfeitamente aplicáveis as disposições da Lei 9.099 aos crimes militares. No que tange aos delitos militares próprios, ainda poderia ser defensável a lei nova, uma vez que são regidos pelas regras da hierarquia e da disciplina. [...] No que diz respeito aos delitos militares impróprios, contudo, é de flagrante inconstitucionalidade, ferindo os princípios da isonomia e da proporcionalidade.

Por fim, firmando os posicionamentos acima, Sidney Elói Dalabrida (2002, p. 17) expõe:

Cumpra observar também que o próprio Código de Processo Penal Militar, acolhendo critérios presididos pela razoabilidade e proporcionalidade, reconheceu a necessidade de tratamento mais rígido em relação aos crimes propriamente militares. Exemplificam a assertiva, a impossibilidade de liberdade provisória desvinculada e suspensão condicional da pena em crimes propriamente militares, vedações que coerentemente não foram estendidas aos crimes acidentalmente militares. Em relação a estes, aliás, adotou o legislador posição de vanguarda ao prever expressamente o princípio da insignificância nos arts. 209, §6º, 240, §1º, 250, 253, 254, § único, todos do CPM, permitindo a substituição da pena por punição administrativa, bem como o acesso irrestrito às medidas acima apontadas. O próprio Código Penal Comum reconheceu a distinção, dispondo que, para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios (art. 64, inc. I).

Como bem destacado por Dalabrida, o legislador teceu maior rigidez no tratamento dado aos crimes militares, por constituírem ataque direto aos princípios basilares do Direito Penal Militar – hierarquia e disciplina. Do contrário, aos crimes militares impróprios, notadamente aos descritos pelo autor, lesão corporal levíssima, furto simples de pequeno valor sendo o réu primário, apropriação indébita simples, entre outros, o legislador estendeu medidas descriminalizadoras, claramente apontando para a necessidade de diferenciação entre crimes militares próprios e impróprios.

A questão da diferenciação dos crimes militares em próprios e impróprios é pois, uma das mais atacadas. A redação do artigo 90-A, que proíbe a aplicação da Lei nº 9.099 na Justiça Militar, não leva em conta a natureza dúplice dos crimes militares. E por conta disto, determina tratamento jurídico idêntico à condutas com valores distintos - crimes militares próprios e impróprios – e, por outro lado, fundada unicamente na condição de militar do agente do crime, confere tratamento desigual em hipóteses que representam semelhante grau de ofensividade, ou seja, crimes comuns e impropriamente militares (DALABRIDA, 2002).

Vedar a aplicabilidade da suspensão condicional do processo na Justiça

Militar Estadual aos crimes impropriamente militares, além de ser desproporcional, é inconstitucional, posto que a intenção do legislador, ao acrescentar o artigo 90-A, não foi de excluir a aplicabilidade da suspensão condicional do processo aos crimes militares, notadamente àqueles considerados impróprios (DUTRA, 2000).

Neste contexto, cabe o alerta de Luiz Gonzaga Chaves (1996) que considera a suspensão condicional do processo um instituto dissociado dos juizados especiais criminais, tanto é assim, que poderia, tranquilamente, ter sido instituída em lei autônoma à Lei nº 9.099/95. Não fosse assim, porque se alocar o artigo 89, que trata do referido instituto despenalizador, nas disposições finais, mesmo capítulo em que se encontra o artigo 90-A.

Por todo o exposto, revela-se incontestável a agressão ao princípio da igualdade, quando da não aplicação do instituto despenalizador, previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, aos militares estaduais, com fundamento única e exclusivamente no artigo 90-A do mesmo diploma legal.

### 3.2 A Justiça Militar do Estado de Santa Catarina.

Desde a entrada em vigor da Lei nº 9.099/95, a Justiça Militar do Estado de Santa Catarina passou a aplicar os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, previstos, respectivamente nos artigos 76 e 89 da Lei em comento.

Mais recentemente, deixou de aplicar a transação penal, contudo, manteve a aplicação da medida despenalizadora do artigo 89, embasando seus fundamentos nos moldes até aqui apresentados pela doutrina favorável.

No entanto, é preciso deixar claro que, mesmo com argumentos fortes, o entendimento da justiça militar catarinense de primeiro grau, à princípio, destoa do posicionamento dos demais Estados, haja vista que não se tem notícias de abordagem semelhante em qualquer outro ente da federativo.

Regra geral, as Justiças Militares Estaduais estão seguindo os posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, contrários à aplicação da suspensão condicional do processo no âmbito militar.

Veja-se, a título exemplificativo, o posicionamento do Tribunal Militar do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da aplicabilidade da medida:

Recurso em sentido estrito interposto pelo agente ministerial e recebido pela senhora Juíza-Auditora Substituta. Inviável a aplicação da suspensão condicional do processo, consagrada no art. 89 da Lei 9.099/95, à Justiça Militar, haja vista que vai de encontro aos seus postulados fundamentais e aos valores que compõem as instituições militares, Forças Armadas e Polícias Militares. Afastada a inconstitucionalidade da Lei nº 9.839, de 27-09-99. O Tribunal indefere a presente correição parcial, à unanimidade.  
(Correições Parciais nºs. 962/00, 965/00, 968/00 e 977/00, Relator Juiz Dr. João Carlos Bona Garcia, 2001, t. I, p. 238 )

O próprio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina se divide em dois momentos distintos quanto a aplicação da suspensão condicional do processo aos militares estaduais. Antes da entrada em vigor da Lei nº 9.839/99 e depois, quando então a segunda instância da Justiça Catarinense, a exemplo dos Tribunais Superiores, albergou a proibição prevista no artigo 90-A da Lei nº 9.099/95, incluso por aquela norma.

Vejamos uma reclamação de 1999 em que o relator, Desembargador Souza Varella, vota no sentido da aplicação do instituto despenalizador em referência:

Reclamação - Crime Militar - Recusa de obediência (art. 163 do CPM) - Inconformismo contra decisão do Juiz Auditor que não concedeu o benefício da suspensão condicional do processo previsto pela Lei 9.099/95 - Possibilidade - Recurso provido. A jurisprudência, tanto do Supremo Tribunal Federal quanto desta Casa, norteia-se no sentido de que o artigo 89 da Lei 9.099/95 é aplicável à Justiça Castrense.

(Reclamação n. 1999.002911-5, da Capital, rel. Des. Souza Varella)

Ocorre que, desde a entrada em vigor da Lei nº 9.099/95 os desembargadores catarinenses sempre julgaram a favor de sua aplicação na Justiça Militar.

Agora vejamos, a posição do Egrégio Tribunal de Justiça em situação posterior ao ano de 1999:

CRIME MILITAR - ARGÜIÇÃO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - PRETENDIDA INCIDÊNCIA DA LEI N. 9.099/95 - INCLUSÃO DO ART. 90-A PELA LEI N. 9.839/99 NA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS - PREVISÃO EXPRESSA SOBRE A INAPLICABILIDADE DA NORMA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR - PREJUDICIAL AFASTADA. LESÃO CORPORAL - ART. 209 DO CPM - RECURSO DA DEFESA - RECIPROCIDADES DE AGRESSÕES - IMPOSSIBILIDADE DE SE IDENTIFICAR QUE DEU INÍCIO À CONTENDA - ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE - INTELIGÊNCIA DO ART. 439, 'E', DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR - RECURSO PROVIDO.

[...]

A defesa alega que sendo o delito em que foi denunciado o apelante um daqueles denominados doutrinariamente de crime militar impróprio, ou seja, previsto também no Código Penal Comum, aplicar-se-ia a ele a Lei n. 9.099/95.

A Lei n. 9.099/95 sofreu a inserção do art. 90-A pela Lei n. 9.838/99, que prevê expressamente a sua inaplicabilidade no âmbito da Justiça Militar.

Assim, quer seja o crime militar próprio ou militar impróprio, não se aplicam as disposições da Lei n. 9.099/95, pois não há como se criar distinções onde a norma não a preceitua.

[...] (Apelação Criminal n. 2004.019056-5, da Capital, rel. Des. Torres Marques)

Trata-se de apelação criminal, que em seu corpo traz o entendimento dos desembargadores no sentido de afastar a aplicação do instituto da suspensão condicional do processo em virtude do conteúdo do artigo 90-A.

Entretanto, obstante o novo posicionamento do Tribunal de Justiça quanto à inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 aos crimes Militares após o acréscimo do artigo 90-A, a antiga Auditoria de Justiça Militar de Santa Catarina, hoje Vara da Justiça Militar, vem aplicando a suspensão condicional do processo aos crimes militares impróprios.



A construção de toda uma argumentação legal a fim de bem fundamentar as decisões proferidas no sentido de aplicar o instituto despenalizador, teve importante participação do representante do Órgão do Ministério Público, Dr. Sidey Elói Dalabrida.

O Promotor da Justiça Militar Catarinense contesta a interpretação do Supremo Tribunal Federal que considera inaplicável o instituto despenalizador da suspensão condicional do processo aos crimes militares impróprios, concordando com o tratamento jurídico distinto apenas aos crimes propriamente militares. Utiliza-se de uma visão garantista, invocando os princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, razoabilidade e *indúbio pro reo*:

A posição do Pretório Excelso, no entanto, contraria princípios que reiteradamente tem albergado em matéria penal e processual, dentre os quais, destacam-se a razoabilidade, proporcionalidade, igualdade, *favor rei*, além de outras regras de cunho garantista, todas com nítida projeção constitucional.  
[...]

De fato, somente uma exegese mumificada na literalidade daquela disposição legal, presa à visão tradicional da persecução penal e da política punitiva, expansionista, seletiva e simbólica, descomprometida com o novo modelo punitivo desenhado a partir da Constituição Federal, autorizaria concluir pela inaplicabilidade absoluta da Lei nº 9.099/95 à Justiça Militar. Contudo, como é cediço, carece a norma jurídica de uma interpretação sistemática, fundada na lógica do razoável, sob pena de subversão à teleologia do sistema em que se acha submersa (DALABRIDA, 2002, p. 16).

Segundo Dalabrida, faltou ao diploma legal que inseriu o artigo 90-A na Lei dos Juizados Especiais diferenciar os crimes propriamente militares dos impropriamente militares, sem o que, inevitavelmente, atinge-se o princípio da isonomia:

O diploma legal sob comento ignorou a natureza dúplice das infrações penais sujeitas à jurisdição especializada, fazendo referência genérica, indeterminada, à “*crimes militares*”, tendo assim imposto tratamento jurídico-penal idêntico para hipóteses (crimes propriamente militares e acidentalmente militares) que, em diversos graus de intensidade, afetam valores que não são comuns. Por outro lado, vulnerou o princípio da isonomia, estabelecendo discriminação não autorizada pelo Texto Constitucional, na medida em que, fundado exclusivamente na condição de militar do agente, conferiu terapêutica desigual em hipóteses que representam idêntico grau de ofensividade (crimes comuns e impropriamente militares) (DALABRIDA, 2002, p 16).

Na percepção do Promotor de Justiça Catarinense, admitir-se tratamento punitivo uniforme a todos os crimes militares é agredir diretamente o bom senso.

Por sua vez, o magistrado titular da Vara da Justiça Militar de Santa Catarina, Getúlio Corrêa, coaduna com a proposta de Dalabrida, aplicando a suspensão condicional do processo aos militares incidentes em crimes impropriamente militares, sem antever qualquer obstáculo.

A fundamentação para suas sentenças é extraída dos entendimentos até aqui favoráveis à aplicabilidade da medida aos militares estaduais incidente em crimes impropriamente militares, conforme exemplo colacionado:

Aberta a audiência,

A Defesa requer a suspensão condicional do processo, com fundamento no art. 89 da Lei 9.099/95, sustentando a inaplicabilidade do art. 90 A, do referido texto legal (criado pela Lei 9.839/99), aos crimes impropriamente militares.

Manifesta-se o MP favorável ao pleito, deixando expresso que inobstante as controvérsias existentes acerca da inconstitucionalidade da referida Lei, sobreleva-se a importância da aplicação da suspensão condicional do processo face à importância do instituto, [...] (SANTA CATARINA, 2012d)

Trata-se da ação penal militar nº 023.12.021182-6, em que o réu responde pelo crime previsto no artigo 326 do Código Penal Militar, com pena mínima de seis meses, quando por ocasião do interrogatório, a Defesa requer a suspensão condicional do processo, já proposta pelo representante Ministerial por ocasião do oferecimento da denúncia

Em geral, já há a prévia concordância do representante do Ministério Público que propõe no corpo da denúncia as condições da oferta.

No presente caso, em virtude do processo crime ter vários réus, dos quais a maioria não cumpre os requisitos para receber a benesse, o Juiz, analisando o pedido da Defesa em consonância com a posição do representante Ministerial, do qual extraiu a maior parte da fundamentação legal, passou a decidir:

Razão assiste ao ilustre representante do *Parquet*. Embora inquestionável a aplicação dos institutos da representação (art. 88) e da suspensão condicional do processo (art. 89), ambos da Lei 9.099/95, a vigência da Lei 9.839/99 vedando os referidos institutos no âmbito da Justiça Militar, propiciou discussões acerca de sua constitucionalidade.

Oportuno salientar que neste foro indeferi a suspensão condicional do processo da Lei 9.099/95 por entender à época, em razão da vedação expressa da Lei 9.839/99, inaplicável aquele instituto aos crimes militares, decisão referendada pelo egrégio

Tribunal de Justiça em diversos julgados.

No entanto, o tema merece uma reflexão centrada no texto constitucional.

De acordo com o art. 89 da Lei 9.099/95 a suspensão condicional do processo é aplicável aos crimes cuja pena mínima era igual ou inferior a um ano, "abrangidas ou não por esta lei". Esse instituto, inexistente em ambas as codificações (Penal comum e militar), ao ter a sua aplicação vedada somente na Justiça Militar deixa de atender ao princípio da razoabilidade. São inúmeras as situações em que o militar dos estados se envolve em crimes conexos de competência das Justiças comum e militar, sendo beneficiado na primeira e proibido o benefício na segunda, em flagrante quebra do princípio da isonomia. (SANTA CATARINA, 2012d).

Analizada a doutrina, o Juiz de Direito firma convicção da necessidade de discriminação dos crimes militares impróprios dos crimes propriamente militares:

Compreende-se a impossibilidade de aplicação do instituto em tela aos crime propriamente militares até em razão de não atender aos requisitos subjetivos do art. 77 do CP (art. 84 do CP Militar), mas não em relação aos delitos denominados impróprios militares, ou seja, com previsão nas duas codificações (Penal comum e militar) e que em razão de circunstância especial elencada no art. 9º do CPM, passam a ser crimes militares.

[...]

Ante o exposto, considerando a manifestação favorável do(s) réu (s) e seu Defensor, decide-se suspender o processo pelo prazo de dois anos, **sem prejuízo da apreciação do fato na esfera administrativa e civil**, impondo-se como condição:

1) Prestação de serviço à comunidade consistente em 12 (doze) depósitos identificados com nome e CPF, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada, sendo um por mês, o primeiro no final do mês de março do ano de dois mil e doze, e os demais a cada trinta dias, a **Orionópolis Catarinense, Banco do Brasil, Agência 5251-5, Conta Corrente 542662-6**, devendo o comprovante de depósito ser encaminhado a este Juízo, via fax (48 3287-6770), até o último dia útil de cada mês, bem como, o original encaminhado posteriormente.

**O DEPÓSITO NÃO DEVERÁ SER FEITO ATRAVÉS DE ENVELOPE**, somente transferência ou depósito diretamente no caixa.

2) Não poder se ausentar da Comarca onde reside, sem autorização deste Juízo, por mais de 08 (oito) dias, exceto a serviço.

3) Não mudar de endereço sem comunicação prévia à este Juízo.

4) Após o prazo referido no item 1, dê-se vista ao MP.

Comunique-se ao Comando Geral da Corporação e ao Comandante da Unidade em que serve o acusado. (SANTA CATARINA, 2012d) *grifo do autor*.

Interessante perceber que a decisão do magistrado deixa bem claro que a suspensão do processo não trará prejuízo à apreciação dos fatos na esfera administrativa. Em outros termos, não haverá prejuízo algum para a manutenção dos princípios institucionais, haja vista que o militar em questão, em que pese ter sido beneficiado pela suspensão do processo-crime, poderá, de forma autônoma do Judiciário, ser condenado por seus comandantes na esfera administrativa.

Quanto à legitimidade do magistrado de primeiro grau em decidir nestes termos, tem-se que, ao sustentar legalmente a aplicação do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 aos crimes militares impróprios, o Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar exerce um controle difuso da inconstitucionalidade parcial da Lei nº 9.839/99.

Nas palavras de Alexandre de Moraes (2008, p. 709) controle difuso de inconstitucionalidade, “também conhecido como controle por via de exceção ou defesa, caracteriza-se pela permissão a todo e qualquer juiz ou tribunal realizar no caso concreto a análise sobre a compatibilidade do ordenamento com a Constituição Federal”.

Caberia o controle constitucional do dispositivo 90-A da Lei nº 9.099/95 por nossa Suprema Corte, no entanto, em que pese o magistrado catarinense divergir da interpretação pragmática da lei, até o momento o Supremo Tribunal Federal não foi efetivamente provocado sobre a inconstitucionalidade do referido dispositivo, de modo que, não há, por parte do próprio Supremo, nenhuma iniciativa de elaboração de súmula vinculante para regular a matéria.

Neste sentido, o Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar do Estado de Santa Catarina está autorizado, com base naquela espécie de controle constitucional, a aplicar o instituto despenalizador aos militares estaduais, afastando, parcialmente, os efeitos do artigo 90-A.

Não bastasse isso, é o próprio representante do Ministério Público, órgão acusador e fiscalizador da lei, que realiza a proposta. Por conta disto, não há até o momento, nenhuma apelação contrariando a aplicação da medida, o que, provavelmente, acarretaria a perda do benefício por parte do militar acusado, considerando o posicionamento contrário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina à aplicação do instituto despenalizador.

Não obstante, ocorrem sim, pedidos do representante do Ministério Público requerendo a revogação do benefício casos em que o militar sob o período de prova não cumpre rigorosamente as condições estabelecidas na proposta.

Dentre vários exemplos, pode-se citar a decisão proferida nos autos nº 023.11.037440-4, onde o magistrado revogou a suspensão, dando continuidade ao processo no *status quo* anterior à aplicação da medida:

[...] Por ocasião do interrogatório, a defesa pleiteou pela suspensão condicional do processo (Lei 9.099/95, art. 89). Diante da favorável manifestação do *parquet*, foi concedido o benefício, pelo prazo de 02 (dois) anos, sob a condição, entre outras, de efetuar 09 (nove) depósitos no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais) em favor do Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick - CPP (fls. 37-42).

Diante da certidão de fl. 46, que informa não ter o réu apresentado "*o comprovante de depósito [...] referente ao mês de agosto*" do corrente ano, requereu o representante do Ministério Público "*a imediata revogação da suspensão condicional do processo*" (fl. 47).

**2.** Não obstante a expressa proibição dos benefícios previstos na Lei 9.099/95 em sede de crimes militares (art. 90-A), tais medidas despenalizadores vêm sendo concedidas neste juízo com base, precipuamente, nos princípios da isonomia e da razoabilidade.

Por tais motivos, e considerando-se ainda os rigores da disciplina do Direito Penal Militar, com maior rigidez devem ser fiscalizadas e cumpridas as condições do *sursis* processual. Mostra-se, pois, inadmissível qualquer descumprimento, tornando-se dispensável – senão desaconselhável – propiciar ao acusado que justifique as razões da desídia.

**3.** À vista do exposto, revogo a suspensão condicional do processo (SANTA CATARINA, 2012c).

No presente caso, o réu foi denunciado por infração ao artigo 312 do Código Penal Militar, que trata do crime impropriamente militar de falsidade ideológica, com pena mínima de um ano, também previsto no artigo 299 do Código Penal Comum com mesma pena.

Contando com sua experiência de trabalho na Vara da Justiça Militar de Santa Catarina, este acadêmico junta uma rápida pesquisa realizada em junho do presente ano, onde constata-se que, nos últimos dez anos, foram suspensos 239 (duzentos e trinta e nove) processos criminais com fundamento no conteúdo do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 (ANEXO A), número considerável que merece atenção devida.

Assim, vislumbra-se no judiciário catarinense, vanguardista no tema em análise, a utilização do instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 nos crimes impropriamente militares de competência da Justiça Militar Estadual, possível graças a comunhão de interpretação do Promotor de Justiça e do Magistrado titular da Vara especializada no estado de Santa Catarina. Interpretação esta que vai de encontro à literariedade da Lei como também ao entendimento do próprio Tribunal Catarinense e de suas instâncias superiores, esteada no poder de controle difuso de constitucionalidade.

### **3.3 A Suspensão Condicional do Processo na Justiça Militar Estadual.**

Diante de todo o exposto neste trabalho, até o presente momento, percebe-se que o advento da Lei nº 9.099/95 transpôs ao ordenamento jurídico inúmeros avanços no que se refere à proposta de soluções ao caos em que se encontra o Direito Penal Clássico, contando com estabelecimentos penais superlotados e sem as mínimas condições de cumprir o previsto pela Lei de Execuções Penais (ROSA, 2012a).

Nesse contexto, inúmeras questões foram abordadas em torno da aplicabilidade ou não de seus institutos despenalizadores, especificamente a Suspensão Condicional do Processo Penal, na Justiça Militar Estadual.

Dividiu-se a abordagem em três momentos. O primeiro tratou do posicionamento favorável da jurisprudência e da doutrina, adeptas a aplicabilidade da suspensão condicional do processo penal. O segundo momento, veio com a inserção do artigo 90-A na própria Lei nº 9.099/95, restringindo a aplicabilidade do instituto mencionado na Justiça Castrense e, por consequência, alterando o posicionamento anteriormente adotado. E por fim, num terceiro momento, abordou-se os entendimentos remanescentes, mesmo com a inclusão do artigo 90-A na Lei dos Juizados Especiais pela Lei nº 9.839/99, favoráveis à utilização do instituto da suspensão condicional do processo na Justiça Militar Estadual, tratando inclusive da aplicação deste instituto de forma hodierna e contínua pela Justiça Militar do Estado de Santa Catarina.

Em que pese o posicionamento contrário ao uso do disposto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar, a defesa deste trabalho acadêmico é pelo emprego do instituto despenalizador na Justiça Militar Estadual, nos moldes da aplicação realizada pela Justiça Militar Catarinense. O representante do Ministério Público oferta a medida aos militares que, cumpridos os requisitos legais, respondem pelo cometimento de crime impropriamente militar, ou seja, aqueles crimes previstos no Código Penal Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados sob determinadas condições (BRASIL, 2012c).

Sidney Elói Dalabrida (2002, p. 16-17) colabora com esse entendimento, aduzindo:

Com efeito, no plano punitivo, o tratamento legal para as infrações penais em

decorrência da sua gravidade deve atender ao princípio da proporcionalidade (adequação), de índole constitucional, razão pela qual, para as infrações penais leves é defeso a imposição legal de resposta estatal reservada à criminalidade comum. A própria Constituição Federal, em várias passagens, deixou assente a necessidade de tratamento legal diferenciado para os diversos graus de criminalidade, como ao gravar com cláusula de inafiançabilidade os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo (art. 5º, XLIII), a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV), [...]. Do mesmo modo, ao entronizar a pena de prestação social alternativa e a transação para as infrações com baixa potencialidade lesiva (art. 5º, XLVI; 98, I). Fê-lo, ainda, e com ineditismo, em relação aos crimes militares, ao estabelecer, em seu art. 5º, LXI, que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definido em lei”, excluindo assim do bloco de garantias constitucionais direito fundamental reservado aos civis ou mesmo militares incurso em crimes impropriamente militares. (*Grifo meu*)

Muito bem destacado pelo autor o prescrito pela própria Constituição Federal Brasileira em seu artigo 5º, inciso LXI, quando se referiu, expressamente, apenas aos crimes propriamente militares, deixando de lado os crimes impropriamente militares.

Deste modo, consoante Paulo Tadeu Rodrigues Rosa (2012), por força do artigo 5º da Constituição Federal, o cidadão militar não pode receber tratamento diferenciado do cidadão civil. Os valores jurídicos da hierarquia e disciplina, que conferem especialidade à Justiça Militar, não serão debilitados pela incidência do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 nos crimes impropriamente militares, haja vista que a punição do policial militar no âmbito administrativo é competência da autoridade administrativa, de forma autônoma da esfera criminal.

Vejamos:

O direito penal tem por objetivo não apenas reprimir o infrator ou aplicar penas privativas de liberdade. A pena não é mais um castigo pelo ato praticado, mas um instrumento de reeducação do cidadão, que não perde o seu status de dignidade. O militar que não consegue se reeducar com base na pena que lhe foi aplicada em sede de processo penal poderá ser afastado das fileiras de sua Corporação com base nas disposições administrativas que permitem inclusive a demissão sem qualquer benefício, que equivale a uma expulsão sem qualquer honra para o infrator (ROSA, 2012a).

Causa até mesmo estranheza, nas palavras de Damásio E. de Jesus (1999, p. 23), a não aplicação do instituto da suspensão condicional do processo penal nos crimes impropriamente militares:

No que tange aos delitos militares próprios, ainda poderia ser defensável a lei nova, uma vez que são regidos pelas regras da hierarquia e da disciplina. No que diz respeito aos delitos militares impróprios, contudo, é de flagrante inconstitucionalidade, ferindo os princípios da isonomia e da proporcionalidade. [...] Suponha-se que um militar cometa dois crimes de lesão corporal leve, um militar e outro comum, em conexão. A ação penal, na esfera comum, exige representação e admite transação e “sursis” processual, na militar, é incondicionada e não permite aqueles institutos. É estranho.

Para diminuir tamanha desigualdade em desfavor dos militares estaduais, Dalabrida (2002) entende ser coerente o emprego do instituto previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 aos crimes militares impróprios, com base, sobretudo, em uma interpretação teleológica do dispositivo que prescreve o instituto despenalizador.

Além do que, tanto a Justiça Militar quanto a Justiça Comum, necessitam de mudanças que busquem amoldar seus procedimentos aos fundamentos constitucionais vigentes e nesse sentido, a Lei nº 9.099/95 cumpre de forma adequada a proposta constitucional.

Entre estes fundamentos constitucionais, merece destaque especial o princípio da isonomia entre os cidadãos. A igualdade precisa ser lida de um ângulo valorativo. O Direito Penal Militar é extremamente rigoroso, principalmente quando se trata de limitar a liberdade do indivíduo, tudo para a manutenção dos princípios basilares das instituições militares. Todavia, em que pese exercer limitações à liberdade, não as anula (CAMPOS JÚNIOR, 2001).

Por conta deste respeito à hierarquia e disciplina, o dia a dia castrense é recheado de violações ao princípio da isonomia, esquecendo-se que a equidade é amplamente tutelada pela Carga Magna. A título exemplificativo, pode-se citar as situações em que o mesmo militar comete crimes conexos, em parte competência da Justiça Militar e em parte competência da Justiça Comum, quando então é beneficiado com a suspensão condicional do processo na Justiça Comum e, contrariamente, é proibido de receber o mesmo tratamento legal na Justiça Castrense. Como tipo penal em que esta situação é reincidente, tempos a lesão à integridade física, prevista na alínea “i” da Lei nº 4.898/65 (BRASIL, 2012h) e também no artigo 209 do Código Penal Militar.

Sobre esta desigualdade, Alexandre de Moraes (2008, p. 65) afirma:

A desigualdade na lei se produz quando a norma distingue de forma não razoável ou arbitrária em tratamento específico a pessoas diversas. Para que as diferenciações normativas possam ser consideradas não discriminatórias, torna-se indispensável que



exista uma justificativa objetiva razoável, de acordo com um critério de juízos valorativos genericamente aceitos, cuja exigência deve aplicar-se em relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade perseguida, sempre em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos. Assim os tratamentos normativos diferenciados são compatíveis com a Constituição Federal quando verificada a existência de uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim visado.

Enquanto isto, Joel Oliveira Dutra (2000) complementa que se os cidadãos militares, mesmo que de serviço, praticarem condutas reguladas de forma análoga aos outros cidadãos, que não quebrem a hierarquia e a disciplina, carecem de tratamento igualitário. Sem isto, como justificar que determinada pessoa, estando fardada e cometendo um crime de lesão corporal, por exemplo, receba um tratamento e depois, sem a farda, praticando o mesmo ato, é tratada de outro modo, com mais ou menos rigor, recebendo benefícios da Lei nº 9.099/95 que anteriormente não teve direito?

Além disso, continua o citado doutrinador:

[...] o interesse do Estado em garantir a normalidade de funcionamento da Administração Pública é fundamento não só para os crimes de abuso de autoridade como também para inúmeros outros elencados no Código Penal Comum e legislação esparsa. Como exemplo, o peculato culposo (arts. 303, § 3º do CPM e 312, § 2º do CP), a aplicação ou emprego irregular de verba (arts. 331 do CPM e 315 do CP), a prevaricação (arts. 319 do CPM e do CP), a condescendência criminoso (arts. 322 do CPM e 320 do CP), todos delitos cuja pena abstrata permite sejam alcançados com a suspensão do processo, nos termos do artigo 89 da Lei 9.099/95. E nestes casos, quando cometidos por civil, cumpridas as exigências legais são os infratores beneficiados com o *sursis* processual (e em alguns casos até mesmo pela transação penal). Se está procurando garantir a administração pública, por que o tratamento diferenciado entre civis e militares? Note-se que aqui não há a infringência da hierarquia e da disciplina (DUTRA, 2000, p. 12).

José Luiz Dias Campos Júnior (2001) assente, alegando que os princípios da hierarquia e disciplina justificam a existência de uma justiça especializada ante a necessidade de tratamento diferenciado quando do cometimento de crimes exclusivamente militares. Contudo, diante de crimes impropriamente militares, deve-se respeitar, irrestritamente, o princípio da isonomia.

Não há fundamento suficientemente coerente para a proibição do instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar, ainda mais se considerarmos que a própria Constituição Federal não coloca impeditivos para a aplicação da suspensão condicional do processo, não fazendo em nenhum momento restrições de sua

utilização aos delitos previstos no Código Penal Militar (ROSA, 2012a).

Além de que, conforme preleciona Joel Oliveira Dutra (2000), o afastamento da aplicação da Lei nº. 9.099/95 da esfera militar, com o advento da Lei nº. 9.839/99, atinge também o princípio da proporcionalidade, principalmente quando proíbe a aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes impropriamente militares. Certo é que, especificamente no que tange aos crimes militares impróprios, o artigo 90-A da Lei dos Juizados Especiais contraria, de maneira aviltante os mandamentos constitucionais da igualdade e da proporcionalidade.

Por sua vez, o titular da 5ª Promotoria de Justiça, atuando na Vara da Justiça Militar do Estado de Santa Catarina, Dr. Sidnei Elói Dalabrida (2002, p. 17) arremata:

[...] não há como afastar a aplicação das medidas despenalizadoras previstas na Lei nº 9.099/95 para o caso de crimes impropriamente militares, devendo, pois a restrição imposta pela Lei nº 9.839/99 se aplicada com exclusividade aos crimes propriamente militares, em relações aos quais a inacessibilidade aos institutos consensuais revela-se razoável, porquanto atingem, dada sua singularidade, valores próprios e específicos do militarismo, inconfundíveis com aqueles, que ostentam natureza e grau de ofensividade.

A propósito, como assevera Célio Lobão (1999), no fundo, os crimes militares impróprios são infrações penais comuns, listadas no ordenamento militar com o único intuito de afastá-las da jurisdição comum, onde ficariam melhor situadas, haja vista que tais crimes trazem maior prejuízo à sociedade brasileira do que às instituições militares.

Dentro deste contexto, e dos demais apresentados, não há como se falar na inaplicabilidade do dispositivo do artigo 89 da Lei nº 9099/95, ao agente militar que praticar crime impropriamente militar consoante o princípio da isonomia.

Diante de todo o exposto, apreende-se dos entendimentos da doutrina e da jurisprudência favoráveis a defesa deste trabalho acadêmico, que a suspensão condicional do processo penal, introduzida no ordenamento pátrio pelo artigo 89 da Lei nº 9.099/95, deve sim, ser aplicada aos crimes militares impróprios, de competência da Justiça Militar Estadual, em que pese uma leitura fria e literal da norma contida no dispositivo 90-A, aos olhos de outros posicionamentos, ser contrária a sua aplicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico buscou, por meio de posicionamentos da doutrina e da jurisprudência, alcançar seu objetivo central: discutir a aplicabilidade do instituto despenalizador previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, a suspensão condicional do processo penal, na Justiça Militar Estadual.

Em um primeiro momento, efetuou-se um estudo do desenvolvimento histórico do Direito Militar e da Justiça Militar, a competência desta, seus fundamentos, sua organização e estrutura, notadamente, em sua esfera estadual.

Aqui, vale lembrar a distinção entre o Direito Penal Militar e o Direito Penal Comum. Enquanto aquele tem como bens a tutelar, a hierarquia e a disciplina, princípios fundamentais das organizações militares, o Direito Penal Comum tende a proteger a vida, a integridade física, a honra, bens também protegidos pelo Direito Castrense, porém, de forma secundária.

Quanto a competência e estrutura da Justiça Militar, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, analisou-se o artigo 125, § 4º da Constituição Federal Brasileira de 1988 que esclarece ser da Justiça Militar a competência específica para processar e julgar os crimes praticados pelos militares, desde que definidos em lei, respeitando, entretanto, a competência do Tribunal do Júri nos crimes dolosos contra a vida de cidadão civil.

Por outro lado, temos a distinção de competência da própria Justiça Militar entre suas duas esferas: a federal que processa e julga integrantes das forças armadas e a estadual que processa as ações penais criminais envolvendo policiais e bombeiros militares dos Estados da Federação.

Outra aspecto a ser memorado diz respeito aos princípios basilares das instituições militares, a hierarquia e a disciplina, características essenciais à própria estrutura da organização militar e principais argumentos de defesa para a não aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar.

Todavia, como o foco deste trabalho é a aplicação da suspensão condicional do processo na Justiça Militar Estadual nos crimes impropriamente militares, não se pode fugir, para melhor entendimento do tema proposto, de uma detida análise da classificação proposta pela doutrina. Destaque-se que, em regra, somente os militares podem cometer crimes propriamente militares, a exemplo dos crimes de insubordinação (artigos 163 à 166 do CPM). Por sua vez os crimes impropriamente militares estão previstos de forma semelhante

no código penal comum, constando no código penal militar em razão da pessoa, local e circunstância em que é praticado, a exemplo do crimes de lesão corporal (artigo 209 do código penal militar e artigo 129 do código penal comum).

Lembrando ainda que a Lei nº 9.099/95 inseriu institutos inovadores na legislação brasileira, da qual faz parte a suspensão condicional do processo, imprimindo uma forma diferenciada de prestação jurisdicional de acordo com a nova política criminal que, por sua vez, busca conformidade com os princípios da Constituição Federal Brasileira.

É cediço que toda inovação à legislação pátria abarca uma problematização que envolve muita discussão doutrinária, repercutindo nas decisões dos tribunais, no caso presente, nas jurisprudências relacionadas aos julgados referentes aos crimes militares. E assim, surgiram inúmeros posicionamentos, de um lado favoráveis, de outro lado contra a aplicabilidade da suspensão condicional do processo penal na seara militar.

Em um primeiro momento, os entendimentos favoráveis à aplicação do referido instituto despenalizador na Justiça Militar, motivaram-se nas orientações estabelecidas pela Comissão Nacional de Interpretação da Lei nº 9.099/95, que compreendiam ser a Lei prontamente aplicável em qualquer parte do direito penal, tanto em sua esfera comum quanto especial.

Contudo, surgiram posicionamentos contrários à aplicação da suspensão condicional do processo penal na justiça especializada, fixados na argumentação de que a aplicação de tal medida atingiria diretamente a hierarquia e a disciplina. Por conta disto, promulgou-se a Lei nº 9.839/99 que acrescentou o artigo 90-A ao texto da Lei nº 9.099/95 proibindo a aplicação dos institutos inovadores na Justiça Militar.

Todavia, mesmo com presença do referido dispositivo legal, vedando a aplicabilidade dos institutos despenalizadores no âmbito militar, continuaram, de forma fervorosa, as discussões a respeito. A principal, diz respeito à parcial inconstitucionalidade do artigo 90-A por ferir os princípios constitucionais da isonomia e razoabilidade que amparam todos os cidadãos brasileiros, independente de serem militares ou não.

Um segundo argumento da parcial inconstitucionalidade do referido dispositivo legal refere-se à inobservância da necessária distinção entre crime militar próprio e impróprio. Tanto é assim que na exposição de motivos da Lei nº 9.839/99, foram utilizados como exemplos dois crimes militares próprios, violência contra superior e violência contra insubordinado, escolhidos propositalmente para demonstrar que a aplicação de um instituto despenalizador causaria prejuízos à hierarquia e a disciplina, o que, obviamente, não ocorre com os crimes impróprios militares.

Tomando como exemplo o crime de lesão corporal, previsto na legislação especial (artigo 209 do Código Penal Militar) e na comum (artigo 129 do Código Penal), que prejuízo poderá haver para a hierarquia e a disciplina quando da oferta da suspensão condicional do processo, pelo representante ministerial, ao militar de serviço que ofendeu a integridade física de um cidadão civil durante o atendimento de uma ocorrência policial? Obviamente que nenhum. Poderá haver prejuízo quando esta ofensa à integridade física for causada em outro militar hierarquicamente superior ou qualquer outro militar de serviço. Porém, nesta situação, o enquadramento não está mais no artigo 209 (crime impropriamente militar) e sim no § 2º do artigo 158, descrito como violência contra militar de serviço com lesão corporal, delito classificado como propriamente militar para o qual não cabe a medida despenalizadora.

Além do mais, a oferta da suspensão condicional do processo, não cria impedimento algum à análise do fato no âmbito administrativo e, por consequência, a aplicação de sanção disciplinar.

Nesta esteira, verificou-se posicionamento favorável a aplicabilidade da suspensão condicional do processo na Justiça Militar Estadual, aos crimes impropriamente militares, com o argumento de que, segundo o princípio constitucional da igualdade, previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, não há justificativa que autorize um tratamento diferenciado aos militares estaduais quando do cometimento dos crimes assim definidos. Ou seja, apenas a condição de militar não é suficiente para discriminá-los a ponto de impedir que recebam o benefício da suspensão condicional do processo penal, desde que cumpridos os requisitos legais, como qualquer cidadão. Tal discriminação seria fruto de uma arbitrariedade, um desrespeito direto ao princípio da isonomia.

Mais adequando, portanto, utilizar-se de uma interpretação teleológica para apreender a real finalidade da Lei, evitando-se a prática de injustiça.

O certo é que, o cidadão militar, por força do princípio da igualdade, não pode receber tratamento diferenciado em relação ao civil que pratica o mesmo crime.

Desta forma, considerando que a utilização da medida despenalizadora nos crimes militares impróprios da esfera estadual não interfere na manutenção da hierarquia e disciplina da organização militar, conclui-se, consoante os princípios constitucionais da igualdade e razoabilidade, pela plausibilidade da aplicação da suspensão condicional do processo penal, prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, aos referidos crimes militares, invocando-se a parcial inconstitucionalidade do artigo 90-A da Lei nº 9.099/99 pelos argumentos aqui apresentados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Cláudio Barcellos de. Os crimes militares e a Lei n.º 9.099/95. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, Ano I. n. 04. mar/abr, 1996.

ALMEIDA, Vera Regina de. AZEVEDO, Renato Freixo. Interpretação da Lei n.º 9.839/99. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, Ano IV. n. 23. Mai/jun, 2000.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ARISTÓTELES. **Política**. 3ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar**: parte geral. V.1. Curitiba: Juruá, 2001.

ASSIS, Jorge César de; LAMAS, Claudia Rocha. **A execução da sentença na Justiça Militar**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2005.

BARROS, Suzana de Toledo. **O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais**. 3.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

BARROSO FILHO, José. Justiça Militar da União. **Jus Navigandi**. Teresina, ano 3,n.31,maio1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1570>>. Acesso em: 09 jul 2010.

BASSETTI NETO, Pedro. **Juizados Especiais Criminais ilustrado**. São Paulo: Iglu, 1999.

BATISTA, Weber Martins. **Juizado Especiais Cíveis e Criminais e Suspensão Condicional do Processo Penal: a Lei nº 9.099/95 e sua doutrina mais recente**. Rio de Janeiro. Forense, 2002.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. ABREU, Pedro Manoel. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais: aspectos destacados**. Florianópolis: Obra Jurídica Editora, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 set. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Comissão Nacional de Interpretação da Lei n.º 9.099/95**. Biblioteca digital jurídica do STJ - Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bistream/handle/2011/1281/Comiss%C3%A3oNacional\\_Interpreta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=4](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bistream/handle/2011/1281/Comiss%C3%A3oNacional_Interpreta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=4)>. Acesso em: 25 mai 2012b.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969. Decreta o código penal militar. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm)>. Acesso em: 16 jan 2012c.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Decreta o código de processo penal militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1002.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2012d.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro 1940. Decreta o código penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2012e.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Decreta o código de processo penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 out. 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2012f.

\_\_\_\_\_. Exposição de Motivos Interministerial nº6/MM/MEX/MAER/EMFA/1998. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LIII, nº 050, 24 mar. 1998. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24MAR1998.pdf#page=30>>. Acesso em 20 mai 2012g.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965. Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 dez. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4898.htm)>. Acesso em: 25 mai 2012h.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 dez. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm)>. Acesso em: 16 jan 2012i.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.457, de 04 de setembro de 1992. Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 set. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8457.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8457.htm)>. Acesso em: 16 jan 2012j.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro de 1995. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mai 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9099.htm>>. Acesso em: 16 jan 2012k.

\_\_\_\_\_. Supremo tribunal federal. Súmulas do supremo tribunal federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>>. Acesso em 20 mai 2012l.

\_\_\_\_\_. Superior tribunal de justiça. Súmulas do superior tribunal de justiça. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=@docn&tipo\\_visualizacao=RESUMO&menu=SIM](http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=@docn&tipo_visualizacao=RESUMO&menu=SIM)>. Acesso em: 25 mai 2012m.

\_\_\_\_\_. Superior tribunal militar. Súmulas do superior tribunal militar. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/search?SearchableText=s%C3%BAmula>> Acesso em: 25 mai 2012n.

BÍBLIA, A. T. Deuteronômio. Português. Bíblia sagrada. Rio de Janeiro: Primor, 1980, Cap. 20, p. 167-200.

CAMPOS, Francisco. **Direito Constitucional**. v. 2. São Paulo: Freitas Bastos, 1956.

CAMPOS JUNIOR, José Luiz Dias. **Direito Penal e Justiça Militares: inabaláveis princípios e fins**. Curitiba: Juruá, 2001.

CAMPOS, Paulo Frederico Cunha. A Justiça Militar e a Emenda Constitucional nº 45. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 710, 15 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6811/a-justica-militar-e-a-emenda-constitucional-no-45>>. Acesso 20 jan. 2012.

CAMPOS, Paulo Frederico Cunha. Repensando a Lei 9.099/95 no Ambito da Justiça Militar Estadual com o Advento da Lei Federal 10.259/01. **Universo Jurídico**, Juiz de Fora, ano XI, 08 set. 2003. Disponível em:



<[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1499/REPENSANDO\\_A\\_LEI\\_909995\\_NO\\_AMBITO\\_DA\\_JUSTICA\\_MILITAR\\_ESTADUAL\\_COM\\_O\\_ADVENTO\\_DA\\_LEI\\_FEDERAL\\_1025\\_901](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1499/REPENSANDO_A_LEI_909995_NO_AMBITO_DA_JUSTICA_MILITAR_ESTADUAL_COM_O_ADVENTO_DA_LEI_FEDERAL_1025_901)>. Acesso em: 25 nov. 2011.

CARVALHO, Antônio César Leite de. **Juizados Especiais criminais: Suspensão Condicional do Processo à Luz da Lei nº 9.099/95**. Curitiba: Juruá. 2006.

CHAVES, Luiz Gonzaga. Da representação e da suspensão condicional do processo. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, Ano I. n. 04. mar/abr, 1996.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORRÊA, Univaldo. Evolução da Justiça Militar no Brasil: alguns dados históricos. *In*: CORRÊA, Getúlio. (Org.). **Direito militar: história e doutrina, artigos inéditos**. Florianópolis: AMAJME, 2002, p. 09-34.

DALABRIDA, Sidney Eloy. A Lei n.º 9.099/95 e a Justiça Militar. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, ano VI. n. 36. jul/ago, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DUTRA, Joel Oliveira. Lei n.º 9.839/99 – Aspectos Inconstitucionais. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, ano IV. n. 24. jul/ago, 2000.

FERRAJOLI, Luigi. O direito como sistema de garantias. *In* OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de (Org.). **O novo em direito e política**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997, p. 89-109.

FERREIRA, Célio Lobão. Aplicação da Lei n.º 9.099/95 na Justiça Militar. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, ano I. n. 01. ago/set, 1996.

FICHER, Felix. A Lei n.º 9.099/95 e o Direito Penal Militar. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, ano I. n. 01. ago/set, 1996.

FREYESLEBEN, Márcio Luís Chila. **A prisão provisória no CPPM**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Juizados Especiais Criminais: comentários a Lei 9.099**,

de 26.09.1995. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GOMES, Luiz Flávio. **Suspensão condicional do processo penal e a representação nas lesões corporais, sob a perspectiva do novo modelo consensual da justiça criminal**. 2. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais. 1997.

ISHIDA, Válter Kenji. **A Suspensão Condicional do Processo**. São Paulo: Saraiva. 2003.

JESUS, Damásio E. de. A Lei dos Juizados Especiais e os crimes militares. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, Ano IV. n. 20. nov/dez, 1999.

LOBÃO, Célio. **Direito penal militar**. 3.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal e a sua conformidade constitucional**. V. II, 3. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito penal militar**. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito administrativo disciplinar militar e sua processualidade**. Leme: Editora de Direito, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3.ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia de pesquisa no direito**. 5. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados Especiais Criminais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Princípio da isonomia na licitação pública**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 13. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PASOLD, César Luiz. **Prática da pesquisa jurídica**: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. 8.ed. Rev. Florianópolis: OAB/SC, 2003, 243p.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Curso de direito penal militar**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 1994.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Aplicação da Lei 9099/95, na Justiça Militar Estadual.

**Artigos Jurídicos**. Disponível em:

<<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2001/pthadeu/apliclei9099najustestadual.htm>

> Acesso em: 30 mar 2012a.

\_\_\_\_\_. Organização da Justiça Militar. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 35, 1 out. 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1569/organizacao-da-justica-militar>>. Acesso em: 15 jan. 2012b.

ROTH, Ronaldo João. **Justiça militar e as peculiaridades do juiz militar na atuação jurisdicional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). Constituição do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/>>. Acesso em 25 jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 12.112, de 16 de setembro de 1980. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (RDPMSC). **Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 16 set. 1980. Disponível em: <[http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=163](http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163)>. Acesso em: 23 fev. 2012b.

\_\_\_\_\_. Justiça Militar de Santa Catarina. Processo-crime nº 023.11.037440-4. Juiz de Direito Getúlio Corrêa. Decisão: 09 jan. 2012 . Disponível em: <<http://esaj.tjsc.jus.br/cpo/pg/open.do>>. Acesso em: 23 mai 2012c.

\_\_\_\_\_. Justiça Militar de Santa Catarina. Processo-crime nº 023.12.021182-6. Juiz de Direito Getúlio Corrêa. Decisão: 12 mar. 2012 . Disponível em: <<http://esaj.tjsc.jus.br/cpo/pg/open.do>>. Acesso em: 23 mai 2012d.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006. Dispõe sobre a Divisão e

Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 08 mar. 2006. Disponível em: <[http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=163](http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163)>. Acesso em: 28 fev. 2012e.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 10 fev. 1983. Disponível em: <[http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=163](http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163)>. Acesso em: 28 fev. 2012f.

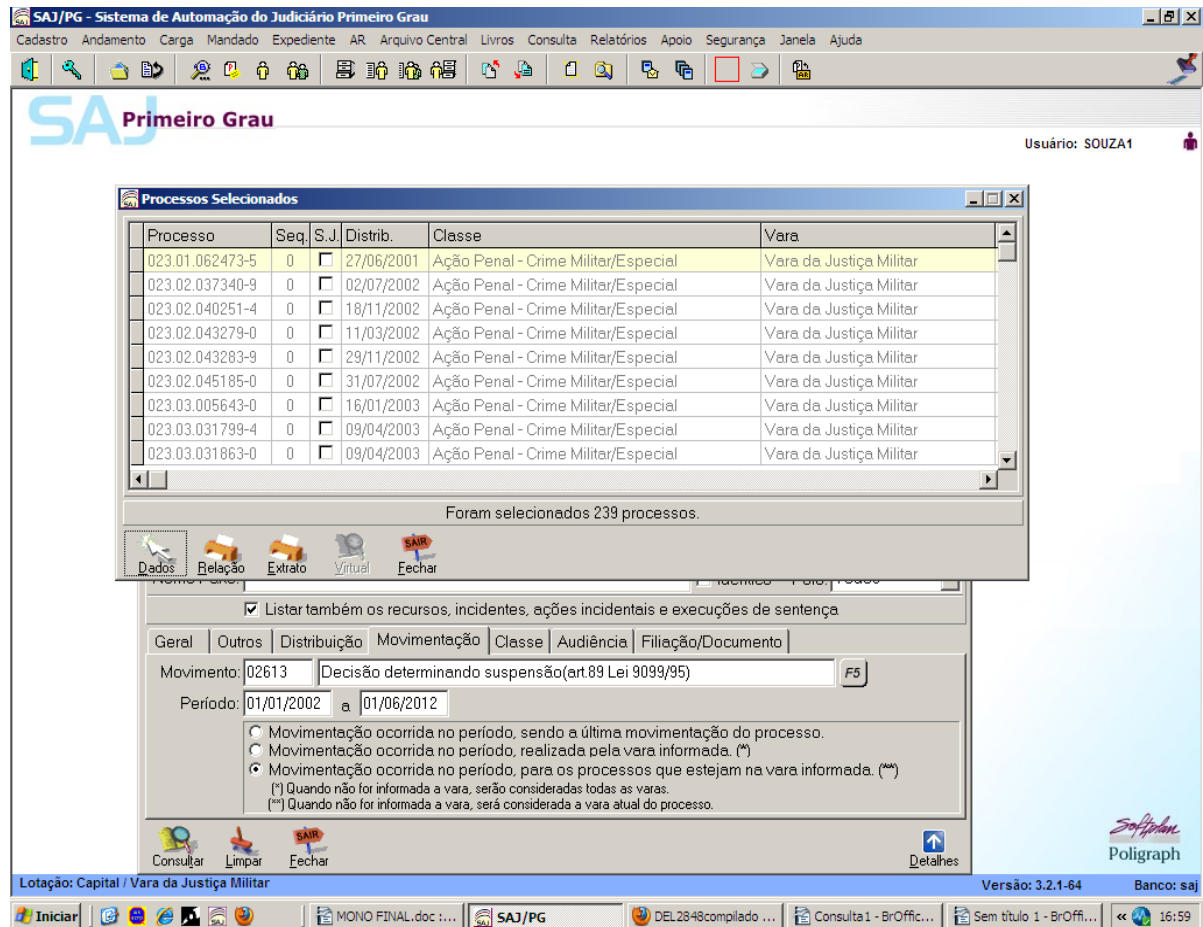
SILVA, Angela M. D. Ditadura militar e justiça castrense no Brasil: espaço de legitimação política e de contradições. In: I Encontro Nacional da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA - ABED, 2007, São Carlos. **Anais do I Encontro Nacional da ABED**. São Carlos: [s.n.], 2007.

SOUZA, Octavio Augusto Simon de. Leis penais especiais e sua aplicação na Justiça Militar Estadual. **Revista Direito Militar**. Florianópolis: AMAJME, ano XII, n. 72, jul./ago. 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Comentários à lei dos juizados especiais criminais**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: 2006.

## ANEXO A



**Consulta realizada pelo autor do presente trabalho acadêmico, diretamente no Sistema de Automação do Judiciário Catarinense.**

## ANEXO B

## Relatório do Departamento Pessoal da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

De: "Impressão Remota" &lt;daemon@ns2.pm.sc.gov.br&gt;

Para: 923108@pm.sc.gov.br, 920558@pm.sc.gov.br, 920857@pm.sc.gov.br

Enviadas: Sexta-feira, 29 de Junho de 2012 13:50:03

Assunto: Impressão Remota - ippmajpm

SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS HUMANOS IFRH557A PAG. 1  
 POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA DATA 29/06/2012

## RESUMO DO EFETIVO DO POLICIA MILITAR

POSTO	PREV	EXIST	MAS.	FEM.	VAGAS
CEL	30	29	29	0	1
TEN CEL	134	133	130	3	1
MAJ	192	188	183	5	4
CAP	205	143	138	5	62
1' TEN	190	100	91	9	90
2' TEN	209	81	76	5	128
ASP OF	177	1	1	0	176
SUB TEN	188	160	157	3	28
1' SGT	429	334	300	34	95
2' SGT	560	347	317	30	213
3' SGT	1.091	426	416	10	665
CB	3.563	2.462	2.438	24	1.101
CADETE	180	52	50	2	128
SD 1'	0	4.738	4.414	324	0
SD 2'	0	658	614	44	0
SD 3'	0	755	669	86	0
SD NQ	9.059	607	588	19	2.301
AGENTE T	0	471	221	250	0
GER/SUB-	3	0	0	0	3
<hr/>					
TOTAL	16.210	11.685	10.832	853	4.525
<hr/>					
TOTAL GERAL	16.210	11.685	10.832	853	4.525

## ANEXO C

## Resposta do Oficial responsável pelo Departamento Pessoal do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina

